



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

O papel social da Fundação INATEL desenvolvido  
através do Desporto

Rodolfo Manuel Machacaz Colhe

Políticas Públicas

**Orientador:**

Doutor Marcelo Adrian Moriconi Bezerra - Investigador  
e Professor Auxiliar Convidado Centro de Estudos  
Internacionais, ISCTE - Instituto Universitário de  
Lisboa

Novembro, 2020



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

**O Papel social da Fundação INATEL desenvolvido  
através do Desporto**

**Rodolfo Manuel Machacaz Colhe**

**Políticas Públicas**

**Orientador:**

Doutor Marcelo Adrian Moriconi Bezerra - Investigador  
e Professor Auxiliar Convidado Centro de Estudos  
Internacionais, ISCTE - Instituto Universitário de  
Lisboa

Novembro, 2020

## **Agradecimentos**

O culminar desta dissertação de mestrado representa um dos maiores desafios da minha vida académica, com períodos claramente positivos e outros que não o tendo claramente sido certamente terão um papel importante para o meu crescimento académico e pessoal.

Ao Professor Doutor Marcelo Adrian Moriconi Bezerra que orientou esta dissertação de mestrado com exigência, paciência e intervenção, os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas de turma que não enumero por risco de me esquecer injustamente de algum, só posso dizer que sem vocês tinha sido tudo muito menos agradável, guardo algumas discussões em contexto de aula para a vida.

Um agradecimento muito especial as federações de Andebol, Basquetebol, Futebol e Voleibol pelos dados disponibilizados.

Ao Departamento de Desporto da Fundação INATEL na pessoa do Dr. Álvaro de Sousa Carneiro e do Dr. João Ribeiro agradeço de forma sentida a disponibilidade para colaborar mas também a compreensão pelas limitações profissionais criadas pela realização deste mestrado.

O Bruno Quaresma e ao Tiago Chambel não podiam ser esquecidos neste momento, de forma diferente foram sempre uma ajuda e um apoio quando necessitei.

Para a minha Sílvia não há palavras que cheguem, sem ela teria desistido na segunda semana, mas ela fez-me acreditar, aturou-me nos dias em que a frustração superava a perseverança e suportou de forma impossível de superar as constantes indisponibilidades criadas pelo mestrado, é graças a ela que consegui entregar a minha dissertação

## **Resumo**

Apesar do desporto ser reconhecido pelas instituições europeias como uma das áreas de maior relevância social, económica e cultural, a sua relevância no âmbito das políticas públicas portuguesas é praticamente nula. Não existem planos eficazes de intervenção para promover a atividade física e desportiva no país. Em Portugal, apenas 23% das pessoas praticam algum tipo de exercício físico e 57% da população tem excesso de peso, o que coloca Portugal na cauda do ranking Europeu.

Para além da conjuntura política, a investigação científica sobre o desporto em Portugal é também limitada, nomeadamente em relação às políticas públicas desportivas.

Este trabalho é inovador e procura suplantar esta carência de literatura científica demonstrando a importância de promover estudos sobre políticas públicas desportivas. A partir de uma abordagem qualitativa multimodal que incluiu método etnográfico, contextualização, e entrevistas semiestruturadas com informantes chave, a tese analisa a situação política do desporto no país e o papel da Fundação INATEL como ator complementar do ecossistema desportivo português.

As competências realizadas pela Fundação tem vindo a cumprir funções sociais que deveriam ser garantidas, através do desporto amador, pelo Estado português. No entanto, a falta de interesse política pela área gera um contexto no qual, se não for por este tipo de instituições secundárias, o panorama do desportivo seria ainda pior.

Os dados recolhidos demonstram a importância social das competições desportivas da INATEL e a sua eficácia para cumprir objetivos chave das políticas públicas desportivas como a promoção do exercício físico, integração social, inclusão geográfica e inclusão etária.

**Palavras-chave** – Desporto e atividade física; políticas públicas; Fundação INATEL; inclusão

## **Abstract**

Although sport is recognized by the European institutions as one of the areas of greatest social, economic, and cultural relevance, its significance within the scope of Portuguese public policies is practically nil. There is no effective intervention plans to promote physical activity and sports in the country. Only 23% of people practice some type of physical exercise and 57% of the population is actually overweight, which puts Portugal at the bottom of the European ranking.

Scientific research on sports in Portugal is very limited, particularly in what concerns public sports policies.

This work is innovative and seeks to overcome this lack of scientific literature by demonstrating the importance of promoting studies on public sports policies. Based on a qualitative multi-mode approach that includes an ethnographic method, contextualization, and semi-structured interviews with key informants, the thesis analyzes the political situation of sports in the country and the role of the Fundação INATEL as a complementary actor in the Portuguese sports ecosystem.

The skills carried out by the Foundation have been fulfilling social functions that should be guaranteed, through amateur sport, by the Portuguese State. However, the lack of political interest in this area generates a context in which, if not for this type of secondary institutions, the panorama of sports would be even worse.

The data collected demonstrates the social importance of INATEL's sports competitions and their effectiveness in meeting key goals of public sports policies such as the promotion of physical exercise, social integration, geographical inclusion, and age inclusion.

**Keywords** - Sport and physical activity; Public policy; Fundação INATEL; Inclusion.

## **Índice Geral**

<b>Agradecimentos</b>	iii
<b>Resumo</b>	iv
<b>Abstract</b>	v
<b>Índice geral</b>	vi
<b>Índice de gráficos</b>	viii
<b>Índice de tabelas</b>	viii
<b>Índice de figuras</b>	viii
<b>Glossário de siglas</b>	ix
<b>Capítulo 1 – Introdução</b>	1
<b>Capítulo 2 - Revisão da Literatura</b>	4
2.1 Desporto e Políticas Públicas	4
2.2. Políticas Públicas Desportivas em Portugal	9
2.3. Problema	13
2.4. O caso de estudo: a Fundação INATEL	14
2.5. Caracterização do desporto da Fundação INATEL	16
<b>Capítulo 3 - Metodologia</b>	19
<b>Capítulo 4 – Resultados</b>	23
4.1- Perceções sobre o estado atual do ecossistema desportivo	23
4.2 - Competições INATEL: no âmbito da atividade física, integração e bem-estar	25
4.2.1: INATEL: âmbito das competições desportivas amadoras	27
4.2.2: INATEL: âmbito de inclusão geográfica	29
4.2.3: INATEL: âmbito de combate à exclusão pela idade	32
4.2.4: INATEL: no âmbito da integração social	34

<b>4.2:5 - INATEL e as diferenças com o desporto Federado</b>	39
<b>Capítulo 5 - Conclusão</b>	40
<b>Bibliografia</b>	43
<b>Anexo A</b>	51
<b>Anexo B</b>	52
<b>Anexo C</b>	53
<b>Anexo D</b>	54

## Índice de gráficos

<b>Gráfico 1-</b> Evolução do número de praticantes desportivos federados por mil habitantes	14
--	----

## Índice de tabelas

<b>Tabela 1 -</b> Orientações da União Europeia para a Atividade Física	6
<b>Tabela 2 -</b> Evolução do número de sócios coletivos da Fundação INATEL entre 2016 e 2020 (dados fechados em setembro)	25
<b>Tabela 3 -</b> Evolução do número de associados individuais da Fundação INATEL entre 2016 e 2020 (dados fechados em setembro)	26
<b>Tabela 4 -</b> Evolução do número de equipas nas competições de pavilhão da Fundação INATEL entre época 15/16 e 19/20	26
<b>Tabela 5 -</b> Evolução do número de equipas de nas competições de futebol da Fundação INATEL entre 2014 e 2019	27
<b>Tabela 6 -</b> Distribuição dos atletas por zonas geográficas; INATEL vs Desporto Federado	30
<b>Tabela 7 -</b> Despesa das Câmaras Municipais em atividades desportivas em 2018	30
<b>Tabela 8 -</b> Número de praticantes desportivos federados por escalão etário, evolução entre 2014 e 2018	32
<b>Tabela 9 -</b> Idades dos praticantes em Futebol; INATEL vs Desporto Federado	33
<b>Tabela 10 –</b> Idades dos praticantes nas modalidades de pavilhão; INATEL vs Desporto Federado	33
<b>Tabela 11 -</b> Praticantes desportivos federados por sexo, evolução entre 2014 e 2018	36

## Índice de figuras

<b>Figura 1-</b> Importância do desporto	23
--	----



## **Glossário de siglas**

**ACRIF** - Associação Cultural e Recreativa Inter de Fradelos

**CCD** – Centro de Cultura e Desporto

**Constituição** - Constituição da Republica Portuguesa

**COP** - Comité Olímpico Português

**DD** – Departamento de Desporto

**DGS** - Direção Geral de Saúde

**FADU** – Federação Desportiva do Desporto Universitário.

**FNAT** - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

**FPA** – Federação Portuguesa de Andebol

**FPB** – Federação Portuguesa de Basquetebol

**FPF** – Federação Portuguesa de Futebol

**FPV**- Federação Portuguesa de Voleibol

**INATEL** – Fundação INATEL

**Lei de Bases** - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto

**Parque de Jogos** - Parque de Jogos 1º de Maio

**UE** – União Europeia

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## Capítulo 1 – Introdução

Segundo a Comissão Europeia (2007, 2011), o desporto é uma das áreas de maior relevância social, económica e de cooperação. O reconhecimento da importância do desporto é transversal aos mais diferentes quadrantes da sociedade nacional e internacional, tendo-se tornado uma ferramenta de diplomacia e transmissão de valores culturais e políticos.

*“De facto, o desporto tem sido grandemente utilizado como uma forma de Soft Power, como instrumento de realização dos objetivos da Política Externa, ligados à imagem e ao aumento do prestígio dos Estados”* (Castro, 2013).

*“O desporto tem o poder de mudar o mundo. Tem o poder de inspirar. Tem o poder de unir as pessoas de uma maneira que pouco mais o faz. O desporto pode criar esperança onde antes havia apenas desespero. É mais poderoso que o governo ao derrubar barreiras raciais”* (Nelson Mandela, 2000).

*“O desporto é uma linguagem universal, que abraça todos os povos e contribui para superar os conflitos e unir as pessoas”* (Papa Francisco, 2019).

*“O desporto faz parte da herança de todos os homens e mulheres e a sua ausência nunca poderá ser compensada.”*. (Comissão Europeia (2007) Pierre de Coubertin, 1920)

Segundo Figueira (2018), o desporto gerou um valor acrescentado de 407 mil milhões de euros em 2004, representando 3,7 % do Produto Interno Bruto da União Europeia, e criou emprego para 15 milhões de pessoas, ou seja, 5,4 % da mão-de-obra do espaço europeu.

Em Portugal a importância do desporto na produção de valor acrescentado é inferior à média da UE, 0,96% na definição estrita e 1,19% na definição alargada de desporto em Portugal e 1,13% definição estrita e 1,76% definição alargada de média da UE, ainda assim valores significativos, é importante perceber que a definição alargada inclui todos os bens e serviços relacionados com uma atividade desportiva mas não necessários para a sua realização (COP, 2012).

Por outro lado, a prática desportiva é essencial no que diz respeito à saúde mental. Oliveira et al. (2011) explicam que *“existem evidências de que atividade física atua na melhoria da autoestima, do autoconceito, da imagem corporal, das funções cognitivas e de socialização, na diminuição do estresse e da ansiedade.”*. Na mesma linha, a OMS (2018) enfatiza que a prática regular de atividade física contribui *“para a prevenção e tratamento das doenças crónicas não*

*transmissíveis tais como doença cardíaca, acidente vascular cerebral, diabetes, cancro da mama e cancro do cólon.”*

Em síntese, a importância do desporto no emprego, saúde física e mental e economia é concreta e fácil de avaliar. O Diretor Geral do Comité Olímpico de Portugal, João Paulo Almeida<sup>1</sup>, assegura que *“é uma evidência de base sólida que o desporto tem valor acrescentado do ponto de vista económico, educativo, cidadania social”*, e agrega que, além de todas estas vantagens, o desporto *“é um bom exemplo de nivelador social”*.

Com tanto valor acrescentado seria de esperar que o desporto e a atividade física tivessem um grau de implementação muito superior aquele que aparenta ter na realidade e que as políticas públicas desportivas em Portugal tivessem já seguido os bons exemplos internacionais algo que mais uma vez parece não corresponder à verdade.

No entanto, poucos são os trabalhos académicos portugueses que analisam o desporto fora dos campos do treino/rendimento e da gestão autárquica. Uma ressalva para alguns trabalhos no campo da economia do desporto (Tenreiro, 2010) do marketing desportivo (Figueira, 2018), e relacionados com as ameaças atuais à sustentabilidade desportiva por causa da expansão do mercado de apostas desportivas (Moriconi e Almeida, 2019, 2021; Moriconi e de Cima 2019) e a infiltração da criminalidade organizada no desporto (Moriconi, 2018, 2020; Moriconi e de Cima 2020).

Já no que diz respeito ao papel do desporto nas políticas públicas em Portugal, diversos atores institucionais têm vindo a alertar sobre o desinteresse político pela matéria desportiva (Constantino, 2006, 2020; Pires, 2020). O papel desta atividade é tão secundário na vida dos portugueses, que nos relatórios anuais publicados pelo ISCTE sobre o Estado da Nação e as Políticas Públicas (IPPS ISCTE, 2019, 2020) nem sequer há um lugar para o desporto<sup>2</sup>.

O desinteresse institucional pelo desporto como área de relevância institucional parece ter consequências diretas na qualidade de vida dos portugueses. Em Portugal, apenas 23% das pessoas praticam algum tipo de exercício físico e o 57% da população tem excesso de peso (Pordata; Eurobarómetro).

Tendo em conta as relações entre desporto e bem-estar explicadas anteriormente, há uma relação direta entre a inatividade física e a economia através do aumento dos gastos com saúde:

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 13 de maio de 2020.

<sup>2</sup> O relatório apresenta estados da situação para atividades diversas como a saúde, a educação, a cultura, a ciência, a ambiente, o Estado, o emprego, o transporte, a habitação, entre outras questões.

de acordo a Direcção-Geral da Saúde (Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física) estima-se que a inatividade física de metade da população portuguesa significa um custo de cerca de 900 milhões de euros e o nível de inatividade física em Portugal atinge 77% da população.

Paradoxalmente, durante o confinamento por causa da pandemia da COVID-19, uma das recomendações permanente dos funcionários da saúde e mesmo dos políticos, foi que os cidadãos fizessem exercício físico em suas casas. O exercício físico foi apresentado como ferramenta crucial para a estabilidade psíquica, resiliência e saúde no geral, questões todas provadas por diversos autores (IPDJ 2020).

Neste contexto desfavorável para o desporto, este trabalho pretende, em termos gerais, por a atividade no mapa dos estudos de política pública e suprir a falta de bibliografia relacionada com o tema. Em particular, a tese analisa o papel social da Fundação INATEL desenvolvido através do Desporto e avalia os seus logros como ator complementar do ecossistema desportivo português.

A Fundação INATEL é uma fundação privada de utilidade pública que desenvolve a sua atividade em áreas tão distintas como a cultura, desporto, hotelaria, social e turismo. Trata-se de uma entidade que atua no sentido de melhorar condições para a ocupação dos tempos livres e do lazer dos trabalhadores, no ativo e reformados (Decreto-Lei n.º 106/2008 de 25 de Junho).

O interesse da Fundação pelo desporto levou o atual Conselho de Administração a criar, em janeiro de 2020, o Núcleo Desporto para Todos, a cargo de desenvolver programas desportivos para toda a população.

O trabalho demonstra que as competições organizadas anualmente pela instituição ajudam a cumprir objetivos sociais, culturais e políticos, e tem vindo a transformar-se num espaço de inclusão social, abrangência geográfica, e de oferta de atividade física para indivíduos que, devido à sua idade, ficam fora dos canais competitivos oficiais.

A tese está estruturada em 5 capítulos. O Capítulo 2 irá apresentar a história da INATEL, das políticas públicas em Portugal e o problema do desporto em Portugal. No capítulo 3 serão apresentadas as opções metodológicas e os métodos utilizados para recolha de dados. No capítulo 4 serão dissecados e analisados os dados obtidos, e agrupados segundo as hipóteses anteriormente apresentadas. Posteriormente no capítulo 5 serão apresentadas as conclusões da dissertação.

## Capítulo 2 - Revisão da Literatura

### 2.1 Desporto e Políticas Públicas

A importância do desporto como veículo de desenvolvimentos social e de integração está consagrada em diversos documentos, legislações e programas a nível internacional, europeu e nacional.

A nível internacional a Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO datada de 21 de Novembro de 1978 é um documento de referência cujo preâmbulo afirma que *“o exercício efetivo dos direitos humanos depende em parte da possibilidade dada a todas as pessoas humanas para desenvolver e proteger livremente as suas aptidões físicas”*, e que nos remete não só para o direito ao desporto como para a sua importância para a saúde. Em 2015 a carta foi alterada mas a sua essência permanece inalterada, o documento afirma a necessidade e importância da não discriminação *“seja ela com base em sexo, idade, deficiência ou qualquer outro fim de superar a exclusão de grupos vulneráveis ou marginalizados”*

*“A prática da educação física, da atividade física e do esporte é um direito fundamental de todos”* (versão brasileira), sendo esse enquadramento reforçado em seguida *“Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à educação física, à atividade física e ao esporte, sem qualquer tipo de discriminação”* (versão brasileira). No artigo 3º são abordadas as políticas públicas desportivas *“As autoridades públicas em todos os níveis, assim como as instituições que atuam em seu nome, devem elaborar e implementar leis e regulamentos, definir planos nacionais de desenvolvimento do esporte com objetivos claros e adotar outras medidas para estimular a educação física, a atividade física e o esporte, incluindo a prestação de assistência material, financeira e técnica.”* (versão brasileira). Outra diretriz deste documento que importa destacar é *“Os programas de educação física, atividade física e esporte devem estimular a participação ao longo da vida.”* (versão brasileira), este ponto é muitas vezes esquecido principalmente a nível competitivo.

Os Ministros do Desporto Europeus aprovaram em 1992 a Carta Europeia do Desporto, um documento que aborda mais o desporto de alto rendimento ou profissional do que o desporto informal ou recreativo, no entanto, ele apresenta a definição mais comumente utilizada de desporto e que é especialmente generalista pela positiva *“todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”*. No artigo 1º lê-se o objetivo do

documento *“Dar a cada indivíduo a possibilidade de praticar desporto”* uma importante assunção de que todos devem ter acesso ao desporto. Este documento reforça também a necessidade de não discriminar o acesso à prática desportiva *“Convém promover a prática do desporto junto de toda a população”*.

Através do Conselho Europeu foi lançada a Declaração de Nice datada de 2000, resultante do Conselho Europeu de Nice apresenta um conjunto de tópicos entre os quais *“práticas amadoras e desporto para todos”*, onde a importância da prática desportiva é uma vez mais reforçada *“O desporto é uma atividade humana que assenta em valores sociais, educativos e culturais essenciais”* e *“A atividade desportiva deve ser acessível a todas as pessoas, no respeito das aspirações e capacidades de cada um e na diversidade das práticas competitivas ou de lazer, organizadas ou individuais.”*

Lançado em 2008, o Livro Branco do Desporto foi criado com o intuito de ser referência na definição das políticas públicas nos diferentes Estados Membros, o Comissário Europeu responsável pelo desporto aquando do lançamento do documento demonstrou-se convicto que o mesmo reforçaria *“a visibilidade do desporto na elaboração das políticas da UE”*. O documento afirma *“A função social do desporto”* e o potencial de integração do desporto pois é uma *“área da atividade humana que interessa grandemente aos cidadãos da União Europeia e tem um enorme potencial para os aproximar, pois destina-se a todos, independentemente da idade ou da origem social”*. Este documento introduz uma temática que não está presente em outros documentos do mesmo género que é o da cidadania ativa afirmando que ela é reforçada pela *“organização dos desportos amadores, que deve ser feita com base em clubes sem fins lucrativos e no voluntariado”*.

Em 2009 a União Europeia lança um documento denominado Orientações da União Europeia para a Atividade Física - Políticas Recomendadas para a Promoção da Saúde e do Bem-Estar, onde são apresentados um conjunto de áreas de ação e de recomendações para o combate ao sedentarismo na Europa. Considerando que este combate é importante na elaboração de políticas públicas procedeu-se à condensação e resumo deste documento.

**Tabela 1 - Orientações da União Europeia para a Atividade Física**

<b>Áreas de ação</b>	<b>Recomendações</b>
<p><b>Benefícios da Atividade física</b></p> <p><b>Abordagem transetorial</b></p> <p><b>Desporto para todos</b></p> <p><b>Saúde</b></p> <p><b>Educação</b></p> <p><b>Transportes, ambiente, planeamento urbano e segurança pública</b></p> <p><b>Ambiente de trabalho</b></p> <p><b>Serviços dirigidos a seniores</b></p> <p><b>Indicadores, monitorização e avaliação</b></p> <p><b>Consciencialização e Divulgação Pública</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Seguir as recomendações da OMS em relação à regularidade, duração e intensidade da prática de atividade física.</li> <li>○ Ação coordenada entre diferentes organismos, entidades, e níveis de poder (nacional, zonal e local) no sentido de potenciar o aumento da prática desportiva com o governo central coordena e promove o financiamento.</li> <li>○ Financiamento de projetos desportivos independentemente do desempenho;</li> <li>○ Igualdade de oportunidades para agentes públicos e privados nas candidaturas a verbas;</li> <li>○ Avaliação constante da realidade do desporto e das necessidades da população;</li> <li>○ Princípio da não discriminação independentemente da raça, da etnia, da religião, da idade, do sexo, da nacionalidade e da saúde física e mental.</li> <li>○ Monitorização da prática desportiva;</li> <li>○ Identificar profissionais com competência para prescrever atividade física;</li> <li>○ Aumentar a prescrição de atividade física no SNS e setor privado.</li> <li>○ Reforçar a aposta na educação física nos diferentes níveis de ensino;</li> <li>○ Currículos académicos que promovam e introduzam a atividade física no dia-a-dia;</li> <li>○ Reforço das temáticas da atividade física nos currículos académicos da saúde.</li> <li>○ Fomentar o uso de bicicletas e outras formas de deslocação saudáveis, tanto em contexto escolar como laboral;</li> <li>○ Planeamento urbano amigo dos transportes não motorizados;</li> <li>○ Criar espaços de jogo, recreio e lazer para as crianças e para os adolescentes.</li> <li>○ Locais de trabalho facilitarem um estilo de vida fisicamente ativo;</li> <li>○ Certificação de empregadores que apoiam um estilo de vida fisicamente ativo dos seus trabalhadores.</li> <li>○ Criar condições de apazibilidade para a prática desportiva por parte de seniores;</li> <li>○ Potenciar a prática desportiva dos seniores em contexto de casa e de institucionalização.</li> <li>○ Monitorização e avaliação das políticas públicas com base em indicadores forte.</li> <li>○ Adoção de uma boa estratégia de comunicação.</li> </ul>

## Rede HEPA da EU

- Criação de uma rede de apoio EU HEPA, baseada na atual rede europeia para o aumento da atividade física e para a melhoria da saúde (HEPA Europa).

A lei portuguesa não se afasta da lei internacional, a Constituição da República Portuguesa em vigor no Artigo 79.º (Cultura física e desporto), confirma que *“Todos têm direito à cultura física e ao desporto”* posteriormente coloca no Estado a responsabilidade de *“promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto”*.

No artigo 64º (Saúde) há uma demonstração inequívoca da importância que os legisladores davam ao desporto e atividade física na preservação e melhoria da saúde afirmando que *“Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.”*

A constituição consagra também o direito ao desporto na juventude através do seu artigo 70º (Juventude) que inclui a educação física e o desporto nos direitos que os jovens devem ver protegidos.

Em Portugal para além das imposições da Constituição, vigora a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007) que tem como objetivo definir *“as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto”*. Como não podia deixar de ser este documento segue as mesmas diretrizes de outros documentos, afirmando que *“Todos têm direito à atividade física e desportiva.”*

No que diz respeito às políticas públicas desportivas é importante perceber que o Estado português coloca uma parte significativa das responsabilidades na área do desporto nas autarquias, o art.º 5º da Lei de Bases afirma que *“O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais articulam e compatibilizam as respetivas intervenções”*, esta passagem de responsabilidade é também sustentada pela Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto que regula a transferência de competências do Estado para as autarquias locais. Apesar de vantagens óbvias derivadas do conhecimento das características específicas de cada zona do país em parte fica a sensação de que o Estado Central se desresponsabiliza das suas competências ao nível do desporto. Não há um grande historial de relações entre política e desporto, essa relação é aliás



significativamente recente (Constantino, 2006.). A Lei de Bases enumera quais os objetivos dos programas a ser implementados pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias locais:

- Criar espaços públicos aptos para a atividade física;
- Incentivar a integração da atividade física nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adoção de estilos de vida ativa;
- Promover a conciliação da atividade física com a vida pessoal, familiar e profissional.

Se anteriormente já tinha ficado clara a importância do desporto a nível social, saúde e económico, é agora claro que a legislação nacional e os acordos internacionais recolhessem e retificam essa importância.

Portanto é possível afirmar que o não cumprimento constitui um atropelo à Constituição e uma violação dos acordos internacionais o que torna ainda mais grave as ações, ou falta delas, no que diz respeito ao direito ao desporto.

A análise da documentação permite condensar um conjunto de preocupações que são a base para a necessidade de ser criadas boas políticas públicas desportivas.

### **Problemáticas combatidas pelas políticas públicas desportivas.**

- Resposta a direitos constitucionais e internacionais
- Poupança económica por via da diminuição dos gastos com a saúde
- Distribuição justa de dinheiros públicos para o desporto
- Criação de riqueza
- Criação de emprego
- Combate ao sedentarismo
- Combate à obesidade com foco na obesidade infantil
- Melhoria das capacidades funcionais
- Proteção da saúde mental
- Inclusão social
- Diminuição das desigualdades de género
- Diminuição de estereótipos de idade
- Diminuição das assimetrias zonais
- Melhoria do tempo de lazer
- Combate ao trabalho infantil
- Combate ao *doping*
- Combate ao *match-fixing*

- Potencialização de bons resultados desportivos através do aumento de atletas na base

## 2.2. Políticas Públicas Desportivas em Portugal

As políticas públicas são uma subdisciplina da ciência política que tem sido definida de diferentes maneiras. Alguns autores, como Thomas Dye (1972), tem proposto uma definição mais generalista. De acordo com este autor, as políticas públicas são “*qualquer coisa que o governo decida fazer ou não fazer*”. Outros, como Cunha (2012), são mais concretos e definem a disciplina como:

*“Um exercício dirigido a promover o bem comum desenvolvido institucionalmente por entidades públicas ou privadas, por agentes coletivos e individuais, através do exercício do bom governo e da participação, encontram a sua definição na forma de fazer chegar ao maior número de cidadãos, o cumprimento do desejo supremo de poder aceder aos bens civilizadores mais avançados”.*

O desporto e atividade física são uma das variadíssimas áreas de intervenção das políticas públicas, no fundo, é importante perceber que tal como diz Sousa (2013) citando Branco (1994), se o desporto é um assunto reconhecido como de “*interesse geral da comunidade*”, “*deverá ser alvo de uma política pública cuja definição preveja uma mobilização coordenada entre os diversos níveis da administração pública*”.

A realidade é que isso nem sempre acontece. O Presidente da Comissão de Atletas Olímpicos, João Rodrigues, em declarações à Agência Lusa disse recentemente que a Secretaria de Estado do Desporto “*não tem peso político no Governo*”, nas mesmas declarações o atleta afirma que o Desporto não é uma prioridade do Ministério da Educação (Rodrigues, 2020). De acordo com o Presidente do Comité Olímpico de Portugal, José Manuel Constantino (2020), as dificuldades do desporto no espectro político que classifica como sendo “*cultural, transversal às diferentes representações políticas não obedece às tradicionais categorias da política*”.

Interessa neste ponto enquadrar a situação de Portugal nas políticas públicas desportivas não só numa perspetiva histórica mas também de comparação com a realidade europeia. Se considerarmos que a produção desportiva se divide em informal, recreativa e de alto rendimento podemos dizer que a posta em produção desportiva em Portugal se alterou ao longo dos anos. A aposta inicial não recaiu no desporto de alto rendimento como hoje mas sim nas restantes

formas desportivas principalmente no recreativo, segundo Tenreiro, (2010) a aposta e foco no desporto de recreação durou até ao início da década de 80. Para Figueira (2018) “*Após esse período, e durante os trinta anos seguintes, o Governo definiu como foco do seu investimento o Desporto de Alto Rendimento e a construção de mega estruturas desportivas (estádios e centros de alto rendimento)*” o mesmo autor considera que “*esta opção política direcionou o investimento público na área do desporto para a produção de atividades desportivas do Alto Rendimento, por via das Federações, e para a construção das infraestruturas solicitadas por estas e pelas Autarquias, garantindo às Federações a atribuição de um aporte público independente da produção desportiva gerada pelas suas atividades*”. A aposta no desporto de alto rendimento é difícil de sustentar tendo em conta que segundo os dados recolhidos por Figueira (2018) “*o número de praticantes de Desporto de Alto Rendimento rondará cerca de 0,5% do total de praticantes nacional, comparativamente com o valor de cerca de 99,5% das pessoas que praticam desporto informal, o denominado desporto para todos ou de recreação*”. O mesmo autor informa que “*estudos efetuados no Reino Unido sugerem que não existem efeitos automáticos gerados pelo Desporto de Alto Rendimento no Desporto de Recreação, pressuposto no qual se baseava a estratégia política delineada em Portugal*”, uma primeira e clara indicação de que Portugal pode estar a trabalhar as suas políticas desportivas sem ter em conta as evidências científicas e os resultados obtidos por outros países com apostas similares.

Seguindo as mesmas posições dos autores anteriormente citados, Godinho (2018), afirma que “*ao nível da política de infraestruturas, segundo o Eurobarómetro (2010), em Portugal é dada prioridade na canalização de recursos financeiros afetos às infraestruturas e à preparação das equipas olímpicas, em detrimento da promoção da generalização da atividade física*”. A autora vai mais longe e não só afirma que o seu trabalho “*atesta que não estamos perante uma questão legislativa ou normativa, mas sim, que se exige a tomada de posições e medidas efetivas e sustentadas que contrariem o atual decorrer do sistema*”. De acordo com Godinho, “*este trabalho deve ser feito à imagem do que já acontece em vários países da Europa*”. A autora refere-se à capacidade e interesse político desses países em se ajustarem às diretrizes que a União Europeia estabeleceu para o desporto e enquadrarem as suas políticas públicas segundo o Modelo Europeu do Desporto.

Se este distanciamento do modelo europeu acontece na opção de produção desportiva também há indicadores de que no desporto escolar esse afastamento existe:

*“No Luxemburgo, a sua integração começa aos quatro anos, enquanto na República Checa e Alemanha começa aos seis; na Finlândia inicia-se aos sete e, em Portugal Continental, a oferta desportiva escolar apenas começa aos dez anos”* (Nuno Ferro 2014),

Importa referir que o autor refere Portugal Continental porque na Região Autónoma da Madeira o desporto escolar inicia-se aos 3 anos.

Não é fácil encontrar um fio condutor na política pública desportiva em Portugal, ela chega a ser considerada aleatória por Tenreiro (2010), no entanto alguns autores conseguiram “dividir” a Europa no que diz respeito à política desportiva, Figueira (2018) condensou o trabalho de Tenreiro (2010) da seguinte forma:

### **Países do Norte e Centro da Europa**

- Países que integram o mercado do desporto com o maior valor económico. O Estado subsidia a participação da população e apresentam um alto nível de participação desportiva;
- Apresentam taxas de participação desportiva de 76%, sendo 29% dessa referente à prática federada;

### **Países do Sul da Europa:**

- Países cujo mercado do desporto detém um valor intermédio;
- Apoio financeiro significativo por parte do Estado ao desporto profissional e de elite;
- Apresentam taxas de participação desportiva de 47%, sendo 7% prática federada;
- Portugal, que pertence a este grupo de países, apresenta uma taxa de participação desportiva de 45%, dos quais apenas 4% correspondem à prática federada;

### **Países do Leste da Europa**

- Países que integram o mercado do desporto de menor valor económico. Apresentam uma prática desportiva recreativa limitada devido aos baixos rendimentos recebidos;
- Apresentam taxas de participação desportiva de 57%, sendo 6,5% prática federada.

Estes tópicos permitem-nos perceber que Portugal não só não se aproxima do elevado nível de participação desportiva dos países do Norte da Europa como em termos gerais não consegue atingir a percentagem de atletas federados dos países do Leste da Europa.

Uma das consequências diretas da aposta no desporto de alto rendimento é um direto desinvestimento no desporto de base, naquele que maioritariamente se pratica nos comumente chamados clubes de bairro ou clubes locais (onde se incluem a grande maioria dos CCD's da INATEL) e esta ideia é defendida por Tenreiro (2017). As dificuldades destes clubes são enormes e muitos têm imensas dificuldades em subsistir, muitas vezes apenas amparados na pura "carolice" e na ligação afetiva que sentem aos clubes, Figueira (2018) sintetizou da seguinte as grandes dificuldades dos pequenos clubes vistas por Carvalho (2001):

- Não possuem meios para contratarem treinadores com formação específica, que promovam uma formação mais adequada;
- Terem infraestruturas desportivas deficientes e desadequadas que não respondem à polivalência das atividades desportivas atuais e à comodidade das instalações;
- Terem dificuldade em captar novos praticantes, fruto do decréscimo demográfico e das dificuldades das jovens famílias.

Segundo (Tenreiro, 2010) *"Inúmeras federações nacionais dos Estados membros e federações europeias são ativas na conceção do futuro da sua produção desportiva tal como descrito pelo Livro Branco e esse exemplo não foi ainda compreendido e 'copiado' pelas federações portuguesas para o seu próprio benefício."* sendo mais um claro exemplo do afastamento de Portugal das boas práticas europeias.

Estas constatações podem de certa forma surpreender pelas conquistas desportivas importantes que Portugal obteve num passado muito recente, Tenreiro (2010) apoia-se nas palavras de Collins (2010) para informar que *"não existem efeitos automáticos, twickledown effects, que façam milagres para progredir no bem-estar europeu, como investir sobretudo no alto rendimento e nos megaeventos desportivos"*. Mais importante ainda o mesmo autor afirma que *a "situação de Portugal é inferior ao seu potencial económico e demográfico e que as políticas preconizadas pela União Europeia são exemplos que Portugal abdica preferindo a primazia da lei sem contudo exercer sobre ela o escrutínio da análise económica das leis, dos seus resultados e das alternativas de desenvolvimento sustentado do desporto nacional"*.

### 2.3. Problema

Tendo em consideração os maus indicadores apresentados mais à frente podemos assumir que as políticas públicas desportivas em Portugal falharam ou são insuficientes.

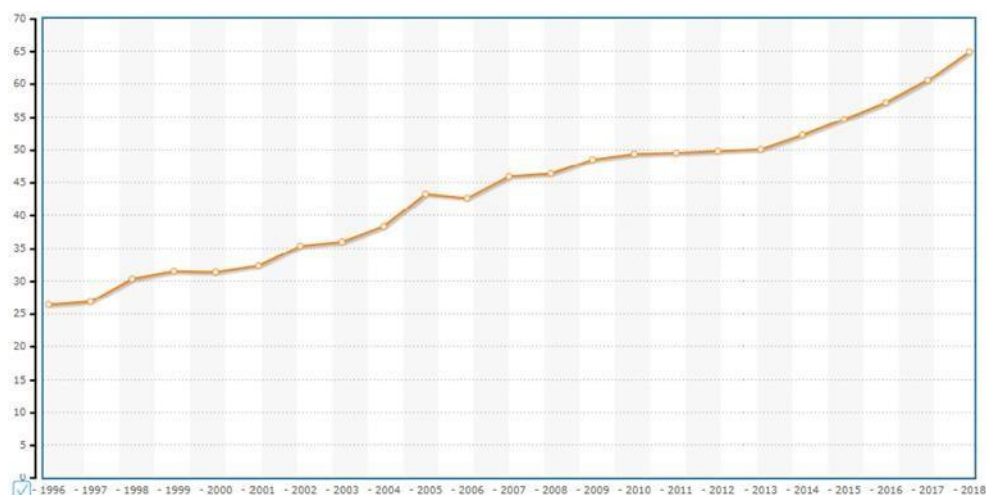
Falta em Portugal dados e avaliação das políticas públicas desportivas e do funcionamento do desporto no geral, o que cria imensos problemas na produção de políticas futuras. Para Figueira (2018) “*A ausência de avaliação favorece um clima de impunidade intelectual*” e “*permitirá o aumento da propaganda política, devido ao sentimento de impunidade que está associado a essa ausência*”, Ricardo Mamede (2020) afirma que “*em Portugal estamos num nível de subdesenvolvimento nas práticas de avaliação das políticas públicas*”.

A Comissão Europeia tem vindo a lançar o Eurobarómetro especial sobre Desporto e Atividade Física, um estudo que nos permite ter acesso a dados fidedignos de toda a UE. A DGS conclui com base no referido Eurobarómetro que “*A percentagem de portugueses que pratica exercício ou desporto regularmente, que era de 9% em 2009, diminuiu para 8% em 2013 e para 5% em 2017.*”, valor inferior à média da UE que em 2017 era de 7% e muito inferior à vizinha Espanha com 14%. No que diz respeito aos que nunca ou raramente praticam desporto, os valores são ainda mais preocupantes, passando de 66% em 2009, para 72% em 2013 e 74% em 2017, muitíssimo longe dos 60% da média da UE, e muito acima dos 54% de Espanha, aliás Portugal é um dos países com uma percentagem mais alta só ultrapassado por Grécia e Bulgária. Se os resultados em relação à prática de desporto são no geral muito maus, o mesmo se verifica em relação a outros tipos de atividade física como andar de bicicleta como forma de deslocação, dançar ou fazer jardinagem, baixando significativamente o valor dos que afirmam praticar regularmente passou de 17% em 2009 para 7% em 2013 e 5% em 2017, um possível efeito da deslocação das massas para as cidades e do abandono do interior. Sendo estes dados recolhidos em Dezembro de 2017 é possível que ainda não se tenham feito sentir os efeitos por exemplo do programa como o Gira, propriedade da EMEL, lançado em Setembro do mesmo ano. No que diz respeito a estas formas de atividade física é importante dizer que Portugal sempre esteve abaixo da média da UE que era de 27% em 2009 baixando para 15% em 2013 e 14% em 2017.

O Eurobarómetro Especial enumera também as barreiras apresentadas pelos entrevistados para não praticarem com maior regularidade, destacando-se tanto na UE como em Portugal a falta de tempo com 40% e 43% respetivamente, e a falta de interesse ou motivação com 20% e 33% respetivamente.

Não é no entanto verdade que no que diz respeito ao desporto federado Portugal esteja a perder praticantes, o Gráfico 1 com dados da PORDATA mostra a evolução do número de praticantes desportivos federados por mil habitantes demonstra exatamente o contrário.

**Gráfico 1 - Evolução do número de praticantes desportivos federados por mil habitantes**



É preciso ter em linha de conta o quão baixo era o número de praticantes federados em 1996, primeiro ano representado no gráfico. Segundo estes dados apenas 6,5 % da população praticava em 2018 o desporto federado, um número francamente baixo ainda que muito superior aos 2,64 % de 1996. O crescimento quase constante do número de praticantes por cada 1000 habitantes é um indicador positivo que não deve de todo causar euforia.

#### **2.4. O caso de estudo: a Fundação INATEL**

A Fundação INATEL tem 85 anos de vida e, de acordo com um artigo da revista *Forbes Portugal* é uma das 10 maiores fundações portuguesas. A INATEL partilha a lista com instituições de reconhecida trajetória, como a Fundação Calouste Gulbenkian, que lidera o ranking, e a Fundação Champalimaud (Forbes, 2000)

A fundação nasceu no dia 13 de Junho de 1935 com o nome original de Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). A instituição tinha o objetivo de promover “*por todas as*

*formas ao seu alcance o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”* (Decreto-Lei n.º 25 495, de 13 de Junho de 1935). Apesar de haver tido diversas alterações aos seus estatutos durante as primeiras décadas de existência, a FNAT manteve a sua denominação inicial até Março de 1975.

Aquando da criação da FNAT vivíamos os primeiros anos do denominado Estado Novo, e estava em vigor a Constituição de 1933 que vigoraria até 1976.

Na Constituição de 1933 existem pouquíssimas referências ao direito ao desporto e à sua importância, contrariamente ao que encontraremos na Constituição atual, o que não é difícil de compreender à luz da realidade política do país, tendo criado um desinteresse pela prática desportiva que se tornou cultural. É fácil imaginar que um país cuja constituição não vincula o direito ao desporto não irá apostar nas políticas públicas desportivas como uma prioridade, afastando de forma natural a generalidade da população da prática de desporto e atividade física.

Os estatutos iniciais da FNAT falavam especialmente da sua organização interna, da sua administração e do poder do Estado sobre a mesma. Apenas são definidas algumas das suas obrigações *“Em ordem a um maior desenvolvimento físico”* e *“Em ordem à elevação do nível intelectual e moral”*, as obrigações sociais ficam totalmente de parte. Posteriormente, nas alterações aos estatutos levadas a cabo pelo Decreto 31/036 de 1940 já são visíveis algumas preocupações sociais e de acesso à cultura e desporto para todos, nomeadamente no apelo à instalação de *“bibliotecas populares”* e de *“criação de cursos de ginástica e educação física”* bem com a organização de *“refeitórios económicos”*.

Em Março de 1975, vivia-se um período muito conturbado no nosso país e isso de certa forma sentiu-se na INATEL e através do Decreto-Lei 184/75, a FNAT passa a denominar-se Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL).

Em Junho de 2008 chegamos à denominação atual, Fundação INATEL, por implementação do Decreto-Lei n.º 106/2008 de 25 de Junho, onde são também aprovados os novos estatutos.

Com a Constituição da República de 1976 perfeitamente implementada e a existência da Fundação INATEL constitucionalmente legitimada no Artigo 59.º (Direitos dos trabalhadores) *“O desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias, em cooperação com organizações sociais;”*.



## 2.5. Caracterização do desporto da Fundação INATEL

A primeira competição desportiva organizada exclusivamente pela FNAT realizou-se na época 40/41, em futebol, inicialmente apenas com competição em Lisboa e posteriormente com o passar dos anos a competição foi-se generalizando pelo país e aumentando o seu número de equipas. Entre 1983 e 1990 registaram-se mais de 450 equipas por época (mais do dobro daquilo que existe atualmente) com muitas competições distritais a ficarem acima das 30 equipas, número apenas atingido nas últimas épocas na competição de Santarém. O número de equipas inscritas começou a diminuir manifestamente depois do ano de 1995, tendo já estabilizado dentro da década atual. Estas alterações devem-se principalmente aos seguintes fatores:

- **Alteração da realidade das empresas** – A grande maioria das equipas que participavam no futebol da INATEL eram equipas de empresas, grémios e cooperativas. A evolução dos tempos e a alteração do tecido empresarial levou a muitas dessas entidades tenham fechado portas.
- **Diminuição do financiamento e aumento dos custos** – As competições da INATEL foram durante muitos anos gratuitas, para além disso os clubes eram apoiados nas suas necessidades algo que deixou de ser possível por questões de ordem financeira.

Apesar de ser a modalidade que marca o início das competições da FNAT e de ainda hoje ser a modalidade desportiva com maior número de equipas o desporto da INATEL é muito mais vasto. Para além das modalidades que ainda hoje organiza de forma regular natação, tiro, ténis de mesa, andebol, basquetebol, futsal e voleibol, jogos tradicionais e competições esporádicas de BTT e trail, há na INATEL um grande historial de atletismo de estrada e pista, judo, damas e xadrez. Nos finais da década de 80, a INATEL teve uma aposta muito forte no desporto-aventura nomeadamente com parapente, *rafting*, balonismo, caminhadas, canoagem, *canyoning*, escalada, espeleologia, *kayak-rafting*, orientação, tiro com arco, vela e multi-atividades. A aposta neste tipo de atividades é ainda hoje visível no Parque de Jogos 1º de Maio onde existe um traçado de arborismo para crianças e jovens. O desaparecimento parcial ou total das atividades deve-se em grande parte aos fatores apontados na modalidade futebol, mas também a alterações nas realidades tanto das federações que em dado momento procuraram assumir o total domínio das modalidades.

Ao longo dos anos a INATEL tem também apostado no *fitness* no Parque de Jogos 1º de Maio, nas INATEL Local e no formato de desporto laboral em diversas entidades públicas e privadas.

As competições desportivas da INATEL não procuram ser mais uma competição no lote mais ou menos vasto que existe consoante a modalidade, têm características próprias e de certa forma peculiares.

*“INATEL Desporto apoia as atividades desportivas amadoras sem privilegiar modalidades e com particular atenção às exigências da inclusão social, potenciando os benefícios decorrentes da prática física e desportiva realizada de forma adequada às necessidades de todos e de cada um.”* (Código Desportivo Fundação INATEL, 2014).

Um dos pontos que marca a diferença é o seu carácter pluridisciplinar, todas as modalidades praticadas nas competições desportivas da INATEL correspondem no desporto federado a uma federação que são *“pessoas coletivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais, se as houver, praticantes, técnicos, juízes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respetiva modalidade”* (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto 2007). Em contraponto as finalidades da INATEL são *“a promoção das melhores condições para a ocupação dos tempos livres e do lazer dos trabalhadores, no ativo e reformados, desenvolvendo e valorizando o turismo social, a criação e fruição cultural, a atividade física e desportiva, a inclusão e a solidariedade social”* (Estatutos da Fundação INATEL, 2008). Claramente os estatutos da INATEL remetem para o bem dos praticantes e CCD's em contraste com as Federações mais vocacionadas com a promoção da modalidade em questão.

A INATEL segue uma política desportiva com vista a potenciar ao máximo a participação, minimizando ao máximo os custos inerentes às equipas, bem como as dificuldades administrativas tentando eliminar ao máximo as barreiras à realização dos jogos/competições sem que com isto colocar em causa a vertente desportiva e mantendo a qualidade das competições num nível agradável para os praticantes. A esmagadora maioria das equipas que participam nas competições desportivas da INATEL são totalmente amadoras muitas vezes não possuindo sequer um elemento de ligação à INATEL que cumpra exclusivamente essa função sendo em muitos casos também jogador ou treinador. Sendo que a quase totalidade dos jogadores tem uma atividade profissional que lhe serve de sustento, à participação das equipas nos jogos previamente calendarizados que nem sempre é fácil de acontecer por via de alterações na vida profissional dos atletas, por isso é comum que os responsáveis pelas competições da INATEL sintam necessidade de alterar o calendário de jogos.

Nas competições da INATEL o conceito de verdade desportiva não é colocado em causa pelo match-fixing ou problemas similares, apenas pelos “erros de arbitragem” problema tipo do desporto, no entanto, há outro conceito mais generalista e vindo a servir de mote às alterações da legislação de suporte das competições que é o conceito de ética desportiva, segundo o qual *“Devem ser estimuladas as iniciativas em favor do espírito desportivo, da verdade desportiva e da formação integral de todos os participantes.”* (Código Desportivo Fundação INATEL 2014). Esta necessidade de vincar de forma inequívoca a ética desportiva tem relação com um passado recente em que por falta de passado desportivo, bairrismo e derivado de baixos índices físicos (muitas equipas apenas competem e não treinam), algumas competições da INATEL eram marcadas por problemas disciplinares, o Departamento de Desporto da INATEL (DD) da Fundação INATEL sentiu a necessidade de limpar a cara das competições através de um agravamento das penas disciplinares.

O trabalho desenvolvido pela INATEL não é desfasado da realidade desportiva nacional, a INATEL é inclusive membro do organismo mais abrangente do panorama desportivo nacional, o Comité Olímpico Português. Para além dos seus membros ordinários, o COP possui também um conjunto de membros extraordinários nos quais se encontra a INATEL. São enquadrados entre outros *“Os organismos associativos e outros representativos do desporto escolar, do desporto militar, do desporto no trabalho e do desporto para deficientes, quando existam;”* (Estatutos COP, 2019). São também membros extraordinários da Federação Académica do Desporto Universitário e da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, entidades ligadas aos desportos tradicionais como a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais e a Federação Portuguesa de Petanca, e outras federações ligadas a modalidades em ascensão como a Federação Portuguesa de Padel.

### Capítulo 3 - Metodologia

Esta dissertação baseia-se num estudo de caso da INATEL. Uma abordagem empírica que “*investiga um fenómeno atual no seu contexto real*” e é apropriado “*quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes*” (Yin, 1988; Carmo e Ferreira, 2008). De acordo com os autores, um estudo de caso deve utilizar “*muitas fontes de dados*”. Seguindo esta premissa, a recolha de evidências e análise foi realizada de acordo a uma abordagem qualitativa multimodo (Schmidt, 2006), e foi utilizado o método etnográfico (Da Costa, 1986), a contextualização e análise comparada de documentos e dados, e as entrevistas semiestruturadas com informantes chaves (Moriconi e de Cima, 2020).

Na primeira parte do estudo utilizou o método etnográfico, particularmente a intervenção participante, uma vez que o autor trabalha na Fundação INATEL e conhece desde dentro as competições desportivas e a sua organização. Este trabalho foi importante para conhecer a lógica política que estrutura as atividades e os objetivos perseguidos, por um lado, pela organização, e por outro, pelas instituições que inscrevem as suas equipas nas competições desportivas.

O contacto direto com o objeto do estudo desenvolvendo informações e coleta de dados sobre ideias, atitudes, práticas e perceções (Da Costa, 1986; Woods, 1987; Haghette, 1990) desses atores. Paralelamente, estabeleceu-se contato direto com informantes que foram importantes para o desenvolvimento da segunda etapa do trabalho de campo, principalmente, para a seleção dos entrevistados. Estes atores foram divididos em dois grupos: a) institucionais, e b) desportivos. Sobre estes últimos, o contacto com eles serviu para definir as hipóteses relacionadas com o papel social das competições, de combate à exclusão pela idade, género, cultura ou incapacidade. Todas estas funções e objetivos devem ser perseguidos pelas políticas desportivas de acordo com a Comissão Europeia (2007).

Lamentavelmente, a pandemia declarada devido a doença COVID-19 teve um impacto muito alto nesta fase, e em todo o desenvolvimento do trabalho. Por causa do estado de emergência, as competições foram canceladas e o âmbito de trabalho e contacto direto com os atores já não foi possível. Este problema impossibilitou a utilização de outro tipo de métodos, como inquéritos aos atletas, que haviam sido pensados na origem da proposta de investigação.

Como complemento, a investigação desenvolveu tarefas de contextualização e análise documental. Esta segunda fase foi fundamental para familiarizar com o estado da arte das políticas públicas desportivas a nível nacional e internacional e aprofundar o conhecimento

sobre a história da INATEL, os seus objetivos sociais e políticos e os incentivos e objetivos que levaram a desenvolver a área desportiva da INATEL. Sobre o primeiro tema, a pesquisa evidenciou a falta de trabalhos académicos em políticas públicas sobre a área do desporto e o lugar secundário que a atividade tem na agenda política. Foi estudado o enquadramento legal e sistematizados alguns objetivos gerais que devem perseguir as políticas de desporto.

Por meio da análise de jornais, foi possível conhecer as queixas constantes de atores institucionais do desporto, como o Comité Olímpico de Portugal, sobre o estado e avaliação das políticas públicas na sua área e algumas estatísticas que demonstram por um lado a falta de eficácia do quadro político e, por outro, a eficácia do desporto como ferramenta de políticas públicas com objetivos sociais, culturais, económicos e de saúde pública.

Essas tarefas geraram conhecimento substancial para procurar dados estatísticos a nível europeu e nacional. A base de dados PORDATA foi utilizado para entender o que o desporto significa em números.

O trabalho de recolha de evidências estatísticas foi complementado com dados cedidos pelas instituições desportivas como o Comité Olímpico e as Federações e a própria INATEL. Estes dados serviram para estabelecer comparações entre o desporto formal e as competições amadoras. O desporto formal em Portugal está altamente centrado nas diferentes federações desportivas, na Federação Académica do Desporto Universitário (FADU) e na INATEL, apesar de começarmos a assistir ao fenómeno do aparecimento de ligas amadoras ou empresariais, principalmente nas variantes do futebol (futebol de 7, futebol de 5 e futsal). Existe uma federação para cada uma das modalidades e cada uma dessas federações tem a responsabilidade de organizar todas as competições oficiais na modalidade em questão, como em todos os monopólios existem riscos com este modelo.

Na elaboração deste trabalho foram excluídas as modalidades individuais (Natação, Tiro e Ténis de Mesa) por duas razões, a primeira prende-se com a possibilidade dos atletas das modalidades individuais participarem nas competições da Fundação INATEL e nas competições organizadas pela federação responsável pela modalidade, algo que não é possível nas modalidades coletivas, e que neste caso levaria à duplicação de valores. A outra razão prende-se com as grandes diferenças no que diz respeito aos modelos competitivos, escalões e inclusive de tipologia da prova, na modalidade Tiro a prova rainha nas competições da INATEL é a Carabina de Recreio e na Federação Portuguesa de Tiro não existe competição homóloga.

Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com informantes-chave (Moriconi 2011). Uma vez mais, devido à pandemia da COVID 19, o plano das entrevistas foi alterado, muitas das entrevistas que estavam previstas realizar-se presencialmente tiveram de realizar-se por via digital, utilizando Zoom, Skype e redes sociais. As entrevistas tiveram uma duração de entre 30 minutos até 2 horas. A validade da pesquisa qualitativa foi aumentada por dados e triangulação metodológica (Denzin, 1970; Reichardt e Cook, 1986). Para isso, os dados recolhidos na fase anterior foram de crucial importância.

As entrevistas foram divididas em dois grupos:

- 11 atores institucionais (incluindo altos cargos do Comité Olímpico de Portugal, a Federação Académica de Desporto Universitário, dirigentes de Federações e de clubes ou equipas que participam nas competições e, por último, membros do Conselho Administrativo da Fundação INATEL);
- 18 atletas que participam ou tem participado nos campeonatos de desportos coletivos (basquetebol, andebol, futebol, futsal). Os atletas entrevistados foram reunidos por meio da técnica de bola de neve (Bleich e Pekkanen, 2013: 96).

O primeiro grupo de entrevistados tem relação direta com o mundo da criação e implementação de políticas públicas. Por tanto, a sua visão de *insiders* sobre o estado do desporto no âmbito das políticas públicas, bem como as suas perceções sobre aquilo que está bem, aquilo que está mal, e aquilo que deveria ser torna-se bastante relevante para este trabalho. Estas entrevistas serviram também para conhecer as opiniões de atores chaves do âmbito desportivo nacional, como o Diretor Geral do Comité Olímpico, João Paulo Almeida, sobre as competições INATEL e a forma como avaliam a INATEL como ator de políticas públicas desportivas. Também se procurou recolher contributos de equipas com passagens pelo desporto federado e pelas competições da INATEL, e de equipas que saíram do desporto amador/empresarial para as competições da INATEL.

O segundo grupo foi chave para recolher testemunhas e evidências sobre as perceções e experiências dos atletas. Este grupo serviu para entender como este coletivo entende a função da INATEL e as oportunidades que surgem no contexto das suas competições, principalmente no relacionado com a integração social, bem como sobre a forma como a sua prática é influenciada pelas opções políticas. O grupo foi formado por atletas masculinos e femininos, nacionais e estrangeiros. Todos eles descreveram as suas experiências como atletas e os contributos que este âmbito gerou nas suas vidas pessoais.

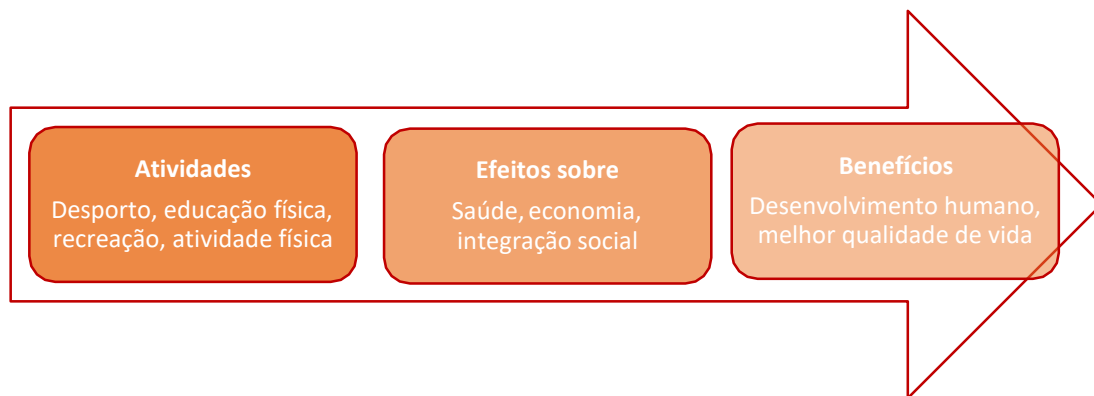
A análise de toda a informação, testemunhos e dados recolhidos serviu para fazer uma avaliação da INATEL como ator complementar das políticas públicas desportivas a nível nacional, e sistematizar os objetivos sociais, culturais, e de saúde pública que as competições desportivas conseguem atingir.

No que concerne à avaliação de políticas públicas a existência de vários modelos provocou um uma grande discussão académica sobre o tema, segundo Serapioni (2016) “*A avaliação é uma área de conhecimento ainda jovem, o que justifica uma maior existência de descoincidências e desacordos entre as abordagens dos diferentes estudiosos e avaliadores.*”. No entanto existe já algumas tipologias de avaliação com bastante aceitação académica como a de Stame (2001) que Serapioni (2016) cita dividindo em três grandes categorias “*i) positivista-experimental; ii) pragmatista-da qualidade; iii) construtivista.*”. A abordagem pragmatista da qualidade é aquela que mais se enquadra naquilo que este trabalho procura, segundo Scriven (1991) considerado por Serapioni (2016) como fundador desta abordagem, a “*avaliação deve ser livre dos objetivos*”. O mesmo autor defende que “*Este modelo é adequado para avaliar a efetividade e a eficiência de serviços que desenvolvem regularmente as suas atividades em resposta às necessidades da população.*”. No uso desta abordagem a qualidade é o ponto central, sendo a definição dos princípios de qualidade a principal dificuldade de aplicação desta abordagem.

A escolha desta abordagem prende-se com a possibilidade de “*os avaliadores podem recorrer ao juízo de especialistas (experts), mas podem também envolver especialistas leigos ou os mesmos beneficiários*” Stame (2001) citado por Serapioni (2016).

Será utilizado como fator de qualidade da avaliação o cumprimento dos estatutos da INATEL, nomeadamente no que diz respeito as preocupações sociais inerentes, a facilitação da prática (entraves financeiros e burocráticos) bem como a oferta desportiva, também serão interpretados como fatores de qualidade das políticas INATEL os princípios da inclusão pelo desporto presentes no Livro Branco do Desporto.

## Capítulo 4 – Resultados



**Figura 1** – Importância do desporto

### 4.1 - Perceções sobre o estado atual do ecossistema desportivo

As evidências e testemunhos recolhidos confirmam, por um lado, a perceção negativa que os atores desportivos e institucionais têm sobre o estado atual das políticas públicas desportivas e, por outro, que os agentes reguladores do desporto, como o Comité Olímpico, reconhecem a Fundação INATEL como um ator complementar do ecossistema desportivo português. As competições da INATEL criam um âmbito no qual, através do desporto, se geram dinâmicas sociais que entregam benefícios em termos de integração social, saúde, e inclusão.

Em relação ao primeiro ponto, as federações desportivas são vistas por alguns entrevistados como não contribuindo para reforçar o poder político do desporto. O presidente da FADU, André Reis, considera que cada federação apenas se preocupa com a sua “*quinta*” e que isso dificulta o diálogo entre federações<sup>3</sup> (André Reis, 2020). Já o Diretor-geral do Comité Olímpico de Portugal, João Paulo Almeida, reforça que o desporto tradicional está “*capturado*” e não sabe dar respostas aos novos movimentos desportivos com uma perspetiva mais empresarial<sup>4</sup>. Para o dirigente do COP, existe uma negociação tácita entre entidades e poder político: as organizações sabem que o poder político produz leis que não são aplicáveis mas tem alguns benefícios porque desobrigam as federações a ter de cumprir um conjunto de critérios (João Almeida, 2020).

<sup>3</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 15 de setembro de 2020

<sup>4</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 13 de maio de 2020



O Conselho de Administração da INATEL também aponta a necessidade de diálogo e articulação. De acordo com o Dr. Álvaro de Sousa Carneiro, Vogal do Conselho de Administração com o pelouro do Desporto, *“a Fundação INATEL entende que o panorama desportivo português deverá confluir em parcerias que proporcionem à população a resposta às suas necessidades em termos de atividade física numa perspetiva de saúde e bem-estar”*<sup>5</sup> (Álvaro Carneiro, 2020). O Diretor do DD traçou um caminho mais concreto para o sucesso do desporto em Portugal, que seria *“conjugando forças entre o Desporto Federado, Desporto Escolar, Desporto Universitário, Desporto para Trabalhadores (Fundação INATEL) e Desporto Militar e nas Forças Policiais”*<sup>6</sup> (João Ribeiro, 2020).

Ainda que se saiba que a situação do desporto em Portugal é má, é destacado por alguns entrevistados a falta de dados para a definição de políticas públicas.

*“É necessária uma base de evidência que permitisse ter pelo menos uma perceção reforçada sobre as tendências desportivas portuguesas e cruzar isso com os segmentos etários, nível académico e rendimentos como já foi feito em outros setores de atividade como na cultura, educação e justiça.”*<sup>7</sup> (João Almeida, 2020).

O mesmo é reforçado em relação ao desporto informal, onde a falta de dados é ainda maior, conduzindo a um nível de investimento muito baixo neste segmento (André Reis, 2020)<sup>8</sup>.

Neste sentido, esta tese de mestrado procura suprimir esta falta de estudos e evidências sobre o tema e gerar massa crítica a partir do estudo do caso INATEL.

Por outro lado, o papel da INATEL enquanto instituição de interesse público é reconhecido pelos seus pares não só no espectro político como também desportivo. Aquando da comemoração dos 85 Anos da Fundação INATEL, Eduardo Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República, e ex-Ministro do Trabalho e da Solidariedade, com a tutela da Fundação INATEL, enfatizou a necessidade de dar *“público testemunho da relevância e do contributo”* da instituição *“para a cultura tradicional portuguesa, nas suas múltiplas vertentes, ao turismo, em particular social e sénior, e ao desporto amador”*. (Eduardo Ferro Rodrigues, 2020).

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 28 de Agosto de 2020

<sup>6</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 28 de Agosto de 2020

<sup>7</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 13 de maio de 2020

<sup>8</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 15 de setembro de 2020

Para o Diretor-geral do COP, João Paulo Almeida, a FNAT “*foi fundamental na história do desporto em Portugal*”, uma vez que “*a dimensão do desporto no trabalho esteve nos primórdios do desenvolvimento desportivo nacional*”. Segundo Almeida, não se deve esquecer que as competições desportivas da INATEL iniciaram-se o princípio da década de 40. Na atualidade, a INATEL é membro do COP e o Diretor-geral da instituição que rege o desporto em Portugal considera que a Fundação tem “*um peso determinante na consolidação de hábitos desportivos nomeadamente de quem tinha hábitos regulares e depois de terminar essa prática vê na Fundação INATEL uma hipótese que não tem em outro lado.*”<sup>9</sup> (João Almeida, 2020).

#### **4.2 - Competições INATEL: no âmbito da atividade física, integração e bem-estar**

A atividade da INATEL está fortemente relacionada com os seus associados coletivos, os CCD’s, não só a nível desportivo como cultural e social, é portanto, essencial manter elevado o número de CCD’s para que não esteja em risco a dinâmica da Fundação, até pela influência que isso teria no número de sócios individuais.

No que ao número de sócios coletivos diz respeito a INATEL conseguiu até 2019 aumentar o seu número, em 2020 com a crise pandémica esse número está em queda, o que é considerado normal pelos técnicos da INATEL tendo em conta que as competições desportivas não se iniciaram em setembro/outubro como é normal, levando os CCD’s a não revalidar a sua cota de socio coletivo.

**Tabela 2 - Evolução do número de sócios coletivos da Fundação INATEL entre 2016 e 2020 (dados fechados em setembro)**

Ano	Nº de CCD’s
2016	1 287
2017	1 445
2018	1 469
2019	1 699
2020	1 315

<sup>9</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 13 de maio de 2020

No que diz respeito aos sócios individuais os números da INATEL tem vindo a sofrer ligeiras oscilações até 2019, caindo de forma mais significativa em 2020, reforçando a relação entre sócios coletivos e sócios individuais.

**Tabela 3 - Evolução do número de associados individuais da Fundação INATEL entre 2016 e 2020 (dados fechados em setembro)**

Ano	Nº de CCD's
2016	117 282
2017	119 596
2018	117 320
2019	112 007
2020	105 298

O número de equipas nas diferentes competições tem-se mantido estável nas últimas épocas, um sinal que o DD considera positivo tendo em conta “o desgaste do movimento associativo, nomeadamente a falta de apoio a este movimento”<sup>10</sup> (Diretor do DD, 2020).

**Tabela 4 - Evolução do número de equipas nas competições de pavilhão da Fundação INATEL entre época 15/16 e 19/20**

Modalidade	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20
Andebol	10	8	13	9	7
Basquetebol M	41	45	48	45	43
Basquetebol F	5	4	4	6	6
Voleibol M	24	27	23	22	21
Voleibol F	14	14	15	15	12
Futsal	25	33	35	30	28

<sup>10</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 28 de Agosto de 2020

**Tabela 5 - Evolução do número de equipas de nas competições de futebol da Fundação INATEL entre 2014 e 2019**

Futebol						
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nº de equipas	211	221	212	210	183	212

Os campeonatos da INATEL criam um âmbito que facilita a prática desportiva para pessoas de diferentes sectores sociais que sem as competições da fundação não teriam condições para o fazer. Este potencial facilitador é, justamente, como se explica a seguir, um dos pontos-chaves que os atores institucionais e desportivos entrevistados para esta tese consideram relevantes.

#### **4.2.1 : INATEL: âmbito das competições desportivas amadoras**

O amadorismo cria todo um conjunto de dificuldades aos dirigentes e atletas que são muitas vezes impeditivos da prática desportiva regular, impedimentos esses que poderão ser de vários tipos. Uma das dificuldades claramente impeditivas da prática são as questões de ordem económica que são apresentadas pelos CCD's como uma das razões pela opção pela INATEL em detrimento de outras competições. Muitos dos entrevistados admitem que seria impossível participar em outra competição que não a da INATEL, pois outras competições são várias vezes mais caras.

Para o presidente do ACRIF, José Resende, CCD vencedor da fase nacional da Liga de Futebol Fundação INATEL *“A INATEL ao ter custos mais baixos permite que associações como a ACRIF, e respetivos atletas possam participar numa competição bem organizada e com custos bastante controlados. De outra forma seria quase impossível a ACRIF participar em outro campeonato.”*<sup>11</sup>

São amplamente referenciadas algumas diferenças entre a INATEL e outras competições que diminuem as dificuldades financeiras. A diferença nas inscrições de equipas e atletas é sempre referida pelos participantes e dirigentes como significativamente mais baixas do que as restantes competições, mais até em relação a outras competições que não as do desporto federado, que sendo organizadas por entidades privadas têm o lucro como objetivo e menos preocupações sociais. A inexistência de taxas de jogo e de arbitragem ou outras é outro dos

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 20 de agosto de 2020

pontos destacado uma vez que após a inscrição da equipa e atletas os CCD's só despendem mais verba com a INATEL caso algum procedimento disciplinar assim o determine, a participação em outras competições obriga a uma comparticipação dos custos de organização e ou de arbitragem. O facto de não ser necessário policiamento é uma grande vantagem das competições INATEL do ponto de vista financeiro, apontam os dirigentes contactados, pois a verba despendida quando assim é necessário é grande. De referir que o facto de não ser utilizado policiamento não é razão para acontecerem questões disciplinares. Muitos CCD's apontam o facto de o policiamento não ser necessário como um fator de confiança nas equipas e um sinal de amadurecimento da competição.

As equipas participantes nas competições de Lisboa da INATEL destacaram durante as entrevistas e restantes contactos a possibilidade de utilizarem o Estádio do Parque de Jogos 1º de Maio que apesar de implicar uma inscrição mais cara do que as equipas que apresentam campo próprio, implica um investimento muito inferior a ter de alugar um outro local para a prática desportiva.

Toda a informação recolhida aponta no sentido de que mesmo com estas facilidades os CCD's continuam a ter grandes dificuldades, que ainda se estão agravar com as imposições legais relacionadas com a Covid-19, uma das grandes fontes de receita é a venda de produtos alimentares no bar que a generalidade dos campos e pavilhões possui, sem público essa fonte de financiamento não existe. A Covid-19 veio também aumentar as exigências dos clubes e criar-lhes ainda mais dificuldades.

Outra grande dificuldade sentida pelos dirigentes segundo o que foi apurado é de ordem administrativa, fortemente relacionada com o amadorismo, mas também com a idade dos dirigentes que muitas vezes têm imensas dificuldades de acesso ao *e-mail*. Os entrevistados vincaram a importância de terem uma referência com quem podem contactar para as mais variadíssimas dificuldades. A criação de um contacto de emergência para ser utilizado durante o fim-de-semana é também apontado como uma enorme mais-valia, o DD criou este contacto não só como forma de resolver os problemas durante o fim-de-semana mas também como forma de ter conhecimento de todos os problemas de forma a poder criar estratégias para que não se repitam. Os diálogos mantidos com os responsáveis pelas modalidades nas INATEL locais permitem enumerar as principais razões dos contactos dos dirigentes e atletas, criação de CCD's, inscrição de equipas, alteração/remarcação de jogos, dúvidas sobre procedimentos antes/durante/pós jogo, dificuldades de inscrição de atletas, seguros desportivos, questões de

ordem disciplinar e de arbitragem, o sentimento dos técnicos da INATEL é que por vezes os dirigentes necessitam apenas de falar e ver o seu trabalho ser reconhecido. Inclusivamente são os responsáveis da INATEL a resolver problemas administrativos dos CCD's extra-INATEL. Já o técnico responsável pelo contacto de emergência destaca as dificuldades com a documentação necessária para a prática desportiva, dificuldades para chegar aos locais onde os jogos se realizam e a necessidade de intermediar o diálogo entre as equipas de arbitragem e os CCD's quando existem divergências que colocam a realização do jogo em causa.

No que a facilitação da prática desportiva diz respeito destaca-se também os horários e datas dos jogos. Em Futebol e Futsal os CCD's destacam a facilidade de marcar jogos fora do horário *standard* das modalidades amadoras seniores (15h00/16h00 de domingo), de alteração de horários e até de datas de jogos. Nas restantes modalidades de pavilhão o facto de as competições se realizarem durante a semana libertando os fins-de-semana para a vida pessoal e familiar é visto pelos entrevistados como uma grande mais-valia.

#### **4.2.2 : INATEL: âmbito de inclusão geográfica**

A igualdade de oportunidades independentemente da zona do país é visto pela INATEL como uma preocupação sendo necessário reduzir as “*desigualdades com o interior e oferecendo as mesmas condições e os mesmos serviços de forma equipar*”<sup>12</sup> (Diretor do DD, 2020)

Existem grandes diferenças na distribuição geográfica das modalidades desportivas coletivas da INATEL, com o futebol a ser praticado na grande maioria dos distritos e as restantes modalidades concentradas em Lisboa e Porto, salvo algumas exceções como o futsal e algumas equipas de voleibol em Viana do Castelo.

As assimetrias económicas e sociais entre zonas geográficas são sobejamente conhecidas no nosso país existindo dados que as comprovam, existem também dados que suportam que nas zonas onde existe competição INATEL e desporto federado, a INATEL leva vantagem percentual do número de praticantes nas zonas de menor investimento em atividades desportivas por parte dos municípios.

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 28 de Agosto de 2020

**Tabela 6 - Distribuição dos atletas por zonas geográficas; INATEL vs Desporto Federado**

<b>Zona</b>	<b>Futebol Federado</b>	<b>%</b>	<b>INATEL Futebol/Futsal/Futebol 7</b>	<b>%</b>
<b>Alentejo e Algarve</b>	16493	9,1%	1349	18,9%
<b>Açores</b>	7125	3,9%	105	1,5%
<b>Aveiro</b>	14 995	8,3%	593	8,3%
<b>Braga</b>	18 823	10,4%	303	4,3%
<b>Castelo Branco</b>	2 836	1,6%	0	0,0%
<b>Coimbra</b>	7 081	3,9%	900	12,6%
<b>Guarda</b>	2 625	1,5%	0	0,0%
<b>Leiria</b>	9 837	5,4%	417	5,9%
<b>Lisboa</b>	27 762	15,4%	656	9,2%
<b>Madeira</b>	5 533	3,1%	0	0,0%
<b>Porto</b>	31 841	17,6%	835	11,7%
<b>Santarém</b>	7 634	4,2%	1271	17,8%
<b>Setúbal</b>	11 489	6,4%	229	3,2%
<b>Trás-os-Montes</b>	5680	3,1%	269	3,8%
<b>Viana do Castelo</b>	4 406	2,4%	194	2,7%
<b>Viseu</b>	6 682	3,7%	0	0,0%

**Tabela 7 - Despesa das Câmaras Municipais em atividades desportivas em 2018**

<b>Zona</b>	<b>Valor gasto</b>
Portugal	2907 17,7
Área Metropolitana do Porto	45 814,8
Região de Coimbra	13 728,6
Médio Tejo	10 697
Área Metropolitana de Lisboa	37 363
Lezíria do Tejo	7 175

Os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto têm sozinhos mais investimento em atividades desportivas que os municípios da Região de Coimbra, Médio Tejo e Lezíria do Tejo juntos. O futebol/futsal federado de Coimbra e Santarém valem respetivamente 3,9% e 4,2% do total de atletas na FPF, nas competições INATEL de futebol/futsal chegam aos 12,6% e 17,8% do total de participantes na modalidade. Em contraponto o futebol/futsal federado de Porto e Lisboa valem respetivamente 17,6% e 15,4% do total de atletas na FPF, nas competições INATEL de futebol/futsal não passam dos 11,7% e 9,2% do total de participantes na modalidade.

Diferenças tão significativas estão associadas às políticas públicas desportivas aplicadas mas também questões de ordem política.

Alguns entrevistados principalmente da área metropolitana de Lisboa fizeram referência às dificuldades dos clubes não federados em conseguir apoio para a prática desportiva e da muita dificuldade em conseguir campos principalmente para treinar, conseguindo com mais facilidade para jogar ao fim de semana porque se sujeitam a jogar fora do período *standard* do desporto amador. Já os entrevistados de Santarém, Coimbra e do Alentejo referem maiores facilidades de acesso não só a apoios financeiros como a campos e inclusivamente apoios nos transportes através da cedência de autocarros municipais. É inquestionável que por exemplo na área metropolitana de Lisboa existem mais infraestruturas com capacidade para receber competições de primeira linha mundial em comparação com várias zonas do país onde tudo indica e mais fácil ceder a infraestruturas desportivas. Os entrevistados afirmam que está situação acontece porque ao invés de contruírem grandes estádios e pavilhões fora das grandes áreas metropolitanas a aposta tem sido em várias pequenas infraestruturas para uso da população. Estes factos são também relacionados pelos entrevistados com a grande concentração de equipas das maiores zonas metropolitanas nas primeiras divisões nacionais contrariamente a outras zonas do país, no futebol por exemplo não existe uma equipa do Alentejo na primeira Liga de futebol há mais de 30 anos, e recorrentemente não existem equipas alentejanas nas divisões principais das principais modalidades como andebol, basquetebol, voleibol e hóquei patins.

A realidade dos territórios e a relação do poder político com as associações desportivas é fortemente marcante neste ponto e referenciada pelos entrevistados de forma vincada, nas grandes zonas metropolitanas não há uma relação de proximidade entre o poder autárquico e os



clubes, nas restantes zonas são por vezes os próprios eleitos autárquicos a contactar a INATEL a fim de tentar solucionar as dificuldades dos clubes por eles apoiados.

Esta abrangência geográfica tem impacto no combate à despovoação de algumas zonas e da manutenção de laços. Vários dirigentes e atletas apontam a existência de equipas com atividade desportiva como a única forma de fazer os jovens regressarem à sua localidade de origem durante o fim-de-semana, especialmente nas pequenas aldeias e vilas. Muitos dirigentes e atletas apontam os jogos do seu CCD como a grande atividade aglutinadora de pessoas na sua aldeia/vila, muitas vezes até a única atividade pública regular. Os jogos da INATEL não exigem bilhética, no entanto, há registo de várias finais distritais com 700/800 pessoas, e muitos clubes dizem vender sempre que jogam em casa mais de 200 senhas de sorteio.

#### **4.2.3 : INATEL: âmbito de combate à exclusão pela idade**

No Livro Branco do Desporto (2007) é afirmado que o desporto deve ser acessível a todos os cidadãos independente da idade, no entanto, há várias evidências que isso não acontece, inclusivamente em indivíduos em idade ativa.

A análise dos dados disponibilizados pela PORDATA relativamente a número de praticantes desportivos federados por escalão etário permite afirmar com certeza que existe um decréscimo muito acentuado do número de praticantes com o avançar da idade. Entre 2014 e 2018 o número de atletas veteranos subiu de forma significativa, ainda assim o número de atletas veteranos nas diferentes federações não se aproxima do número de atletas seniores, muito menos do número de atletas nas camadas jovens. Existe portanto um abandono precoce da prática desportiva de competição, segundo o trabalho levado a cabo pelo atleta profissional de futebol e doutorando na área das transições de carreira, Ricardo Monteiro vulgarmente conhecido por Tarantini, os jogadores de futebol portugueses terminam a sua carreira, em média, com 30,9 anos de idade (Monteiro, 2017).

**Tabela 8 - Número de praticantes desportivos federados por escalão etário, evolução entre 2014 e 2018**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Até Juniores</b>	<b>Juniores</b>	<b>Seniores</b>	<b>Veteranos</b>
2014	543.578	319.490	46.711	136.003	41.374
2015	566.366	334.402	46.978	125.058	59.928
2016	590.668	344.547	46.845	129.987	69.289
2017	624.001	363.877	48.875	128.041	83.208
2018	667.715	391.052	48.757	140.739	87.167

A comparação dos dados obtidos nas federações de andebol, basquetebol, futebol e voleibol relativamente à idade dos participantes com os dados obtidos da INATEL nas mesmas modalidades mostram que na INATEL há no geral uma percentagem muito superior de praticantes acima dos 30/35 anos em comparação com o desporto federado.

**Tabela 9 - Idades dos praticantes em Futebol; INATEL vs Desporto Federado**

Entidade	Modalidade	Seniores até 30 (até1990)	%	31-40 (1980 até 1989)	%	>40	%
FPF	Futebol	35301	84,2	5469	13,1	1135	2,7
FPF	Futsal						
INATEL	Futebol	3900	54,8	2346	32,9	875	12,3
INATEL	Futsal						
INATEL	Futebol 7						

**Tabela 10 – Idades dos praticantes nas modalidades de pavilhão; INATEL vs Desporto Federado**

Entidade	Modalidade	Até 35 anos (1985)	%	Mais de 35 anos	%
FPB	Basquetebol	2458	95,5	115	4,5
INATEL	Basquetebol	282	39,9	424	60,1
FPV	Voleibol	1860	88,3	246	11,7
INATEL	Voleibol	275	58,8	193	41,2
FPA	Andebol	3013	81,5	682	18,5
INATEL	Andebol	33	23,7	106	76,3

O facto de a INATEL ter na generalidade das modalidades mais atletas acima dos 30/35 anos do que abaixo dessas idades em alguns casos com 76,3% dos atletas com mais de 35 anos é um sinal evidente de que a INATEL proporciona continuidade da prática desportiva com o avançar da idade mas também de que há uma transferência de atletas do desporto federado para as competições da INATEL.

Os vários testemunhos recolhidos desta passagem relembram inclusive o facto de terem defrontado ex-atletas profissionais:

*“Lembro-me de jogar contra o Ricardo Sá Pinto quando ele venceu a Taça Fundação INATEL, era treinador do Sporting nessa época” (Atleta).*

Há vários outros casos como o do basquetebolista Artur Cruz ou dos andebolistas Ricardo Andorinho, José Janeiro e Luís Hernâni.

É possível afirmar com base no diálogo com responsáveis pelo desporto da INATEL em diferentes distritos que a grande percentagem de indivíduos que se transfere das competições do desporto federado para as competições da INATEL são atletas das divisões inferiores, campeonatos distritais, que pretendem continuar a sua prática.

As entrevistas realizadas permitem também reforçar esta posição, um dos contributos recolhidos de um treinador que se refere aos seus atletas nas competições da INATEL como *“um conjunto de ex-atletas”* não num sentido depreciativo mas porque efetivamente já tinha terminado a sua prática e na generalidade já estavam inativos. Dentro dos entrevistados há uma perceção de que a INATEL é um passo em frente quando se termina a carreira no desporto federado acontecendo isto por diversas razões nomeadamente porque *“a idade foi limitadora às exigências físicas necessárias para o desempenho com qualidade”* ou porque *“chega o momento em que o desporto federado se torna mais responsabilidade e menos prazeroso”*.

#### **4.2.4 : INATEL: no âmbito da integração social**

O desporto deve ter um papel não só de não discriminação como de inclusão. Segundo Salomé Marivoet (2011) *“O desporto apresenta bastantes potencialidades nas estratégias de inclusão social. A interação desportiva fomenta a igualdade dos participantes, jogadores ou atletas no espaço de jogo ou da atividade física, esbatendo assim as barreiras ou preconceitos.*

##### **a) Deficiência**

A INATEL não organiza nenhuma competição e/ou atividade desportiva exclusivamente para os atletas portadores de deficiência, no entanto, os dados recolhidos apontam para duas formas de apoio à prática desta população.

Fora das suas competições desportivas a INATEL apoia a realização de treinos e provas de atletismo adaptado no Parque de Jogos 1º de Maio através das relações protocolares com algumas entidades nomeadamente a Associação Jorge Pina e a Associação Salvador. Os protocolos assinados permitem aos atletas desta instituição acederem de forma gratuita às instalações do Parque de Jogos para treinos e para a realização de torneiro e/ou campeonatos

de forma gratuita e equipara os sócios destas entidades a sócios da INATEL no que diz respeito à prática desportiva. A INATEL é inclusive vista como a grande potenciadora da corrida Jorge Pina, “*sem a Fundação INATEL nada disto era possível*” (Jorge Pina, 2019).

Ainda que não existam competições destinadas exclusivamente a atletas portadores de deficiência, existe já uma competição da INATEL em que participa uma equipa só de atletas portadores de deficiência, neste caso, auditiva. A Associação Portuguesa de Surdos participa na Liga de Futsal de Lisboa jogando contra atletas não portadores.

*“É uma experiência primeira para nós e para a Inatel, mas a relação tem sido muito boa, tem sido positiva”* (Presidente da Associação Portuguesa de Surdos, 2020).

Está convivência cria uma choque social com repercussões positivas, que é do agrado tanto da Associação Portuguesa de Surdos como dos restantes atletas entrevistados que consideram a experiência “*enriquecedora*”. O treinador da equipa, Pedro Costa, explica que procuram “*jogar sem o rótulo de sermos coitadinhos*” (Treinador da Associação Portuguesa de Surdos, 2020). Por isso, a boa receção e aceitação de todas as equipas gera uma dinâmica que serve não só para a integração social de nossos atletas, mas também para fortalecer a sua identidade e autoestima.

A participação desta equipa obrigou a adaptação da sinalética da arbitragem, acrescentando bandeirolas à sinalética sonora e às restantes indicações realizadas pelas mãos dos agentes de arbitragem, uma alteração impossível de realizar em outras competições que obrigatoriamente têm de obedecer a regras internacionais, como as federadas.

O DD olha para a participação da Associação Portuguesa de Surdos, como uma oportunidade para atrair outras equipas com as mesmas características para as competições desportivas da INATEL, abrindo a porta à ingressão destes indivíduos impedindo que a deficiência seja um entrave à prática desportiva.

#### ***b) Género***

Outro objetivo social das competições desportivas de INATEL é a promoção do desporto feminino. O setor está ainda hoje muito pouco desenvolvido em Portugal em relação ao desporto masculino.

De acordo com Comité Olímpico Português, “*as mulheres são ainda alvo de um conjunto de iniquidades, enfrentando vários obstáculos, e continuam a ser uma minoria no desporto.*” (COP, 2015).

Apesar do crescimento do desporto feminino ser efetivo em Portugal, como comprovam os dados da PORDATA, a evolução é menor que o crescimento do desporto masculino. Em 2014 a diferença entre atletas masculinos e femininos federados era de 260.320 com vantagem para os masculinos, em 2018 a diferença aumentou passando para 261.337 com vantagem para os masculinos.

**Tabela 11 - Praticantes desportivos federados por sexo, evolução entre 2014 e 2018**

Anos	Total	Masculinos	Femininos
2014	543 578	401 949	141 629
2015	566 366	410 353	156 013
2016	590 668	422 007	168 661
2017	624 001	438 721	185 280
2018	667 715	464 526	203 189

Os dados e informações recolhidas demonstram uma tentativa da INATEL de tentar minimizar a diferença do número de atletas femininos e masculinos, existindo nomeadamente “a criação de condições especiais para equipas do setor feminino, nomeadamente ao nível dos custos associados a esta participação”<sup>13</sup> (Diretor do DD, 2020).

A inscrição de uma equipa de futsal masculino na INATEL na época 2020/2021 pode custar entre 55 € e 250 €, o perfil mais dispendioso seria o maioritariamente utilizado pelas equipas femininas. Já a inscrição de uma equipa de basquetebol masculino na INATEL custa na época 2020/2021 entre 85 € e 280 €. Para a época 2020/2021 a INATEL decidiu isentar as equipas de futsal e de basquetebol feminino da taxa de inscrição. No que diz respeito à inscrição de atletas no futsal masculino época 2020/2021 a inscrição de cada atleta custa 22€ com seguro incluído, no futsal feminino esse valor é de 17.50€.

É assumido pelo DD que o número de praticantes e de competições e de atletas ainda não está no nível pretendido mas que, no entanto, olham para a capacidade recente em iniciar uma nova competição, mais concretamente de futsal feminino, como um resultado positivo da aposta do DD.

Ao questionar um conjunto de atletas femininas das competições desportivas da INATEL, sobre a sua análise ao trabalho da INATEL no desenvolvimento do desporto feminino, as respostas

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 28 de Agosto de 2020

foram mais ou menos consensuais, não só reconhecendo o trabalho da INATEL como em vários casos assumindo que a sua voz é ouvida e que conseguem aliás influenciar as medidas.

Ambas as partes, INATEL e atletas percebem que o problema das diferenças entre desporto masculino e feminino é conjuntural e cultural, e que só um conjunto de políticas públicas desenvolvidas desde a base pode diminuir as diferenças.

### **c) Estrangeiros**

O Livro Branco do Desporto (2007) enfatiza que *“o desporto pode igualmente facilitar a integração na sociedade dos migrantes e das pessoas de origem estrangeira e promover o diálogo intercultural.”* O desporto é visto pela Comissão Europeia como uma forma de apoiar a integração, já neste trabalho foi demonstrado o seu papel social, no entanto, existem populações que estão muitas vezes em situações socioeconómicas mais desvantajosas. Segundo o Observatório das Migrações *“em 2016 os residentes de nacionalidade portuguesa apresentam menor risco de pobreza e situação de privação material severa (24,5%), que os estrangeiros residentes (45,6%)”* (Agência Lusa, 2018).

Embora as competições da INATEL não tenham sido criadas pensando na integração social de estrangeiros, e não tenha existido nenhuma dinâmica particular da Fundação para intervir socialmente nessa direção, os campeonatos, particularmente os dos desportos coletivos, têm vindo a converter-se em âmbito efetivo de integração social de estrangeiros. Em edições passadas algumas equipas foram formadas maioritariamente por estrangeiros. A equipa de basquetebol Rio de Janeiro, por exemplo, participou em 3 edições consecutivas com atletas de Angola, Argentina, Cabo Verde, Brasil, Coreia, Itália e Portugal.

*“Para mim, o basquetebol em particular, e as competências INATEL em geral foram cruciais para minha adaptação em Portugal. Cheguei sozinho, e o desporto deu-me um âmbito para conhecer pessoas, aprender a língua, fazer amigos, e ter a quem perguntar como resolver problemas da vida diária, como burocracias e coisas do género”.* (atleta de basquetebol)

Este não é um caso isolado. O conjunto de entrevistas e de conversas levadas a cabo com diferentes praticantes e ex- praticantes das competições desportivas da INATEL apontam para um papel de integração social e cultural presente nas competições da INATEL difícil de substituir. A generalidade dos entrevistados afirmam que o desporto permite um contacto de proximidade tanto em contexto de treino como de competição que o dia-a-dia não permite,

criando-se conexões muito fortes entre pessoas, dando a oportunidade de os atletas estrangeiros conhecerem as particularidades de Portugal e dos portugueses. Os praticantes e ex-praticantes estrangeiros têm também a percepção de que os atletas portugueses procuram também aprender sobre a sua cultura e a sua língua, principalmente em relação aos países não lusófonos. As competições INATEL têm-se tornado internacionais, com presença de atletas de todos os continentes, a exceção de Oceânia, do qual não se conseguiu provar a presença de nenhum atleta durante a pesquisa.

*“Nos aprendemos de Portugal, eles aprendem de nossas culturas. Perguntas coisas, querem saber como é a vida lá. E logicamente, o desporto é uma ferramenta de conhecimento: os Portugueses agora sabem mais da Itália pelo Cristiano Ronaldo”  
(Atleta).*

A prática desportiva potencia também a aprendizagem da língua, é muito difícil praticar seja que desporto for sem conseguir comunicar, o desporto facilita esta aprendizagem uma vez que não só o atleta estrangeiro quer ser percebido como o nativo ou falante de português quer ser entendido e entender o seu colega de forma a não ter ali uma limitação ao rendimento. Um atleta entrevistado assegura que o seu nível de compreensão melhorou com os treinos: *“cheguei sem falar uma palavra de português e os treinos ajudaram imenso para eu desenvolver o ouvido e começar a fazer-me perceber”*.

Todos estes processos de aprendizagem facilitam a manutenção de uma vida social que muitas vezes começou no desporto e se enraizou com outros praticantes da modalidade, facilitando uma vida extra-laboral e extra-desportiva.

É também possível afirmar que o desporto cria uma rede de contactos, que facilita o apoio prestado em questões de ordem tanto laboral como pessoal, são referidas situações como a dificuldade de um atleta brasileiro em aceder ao sistema de saúde serem solucionadas por um colega que é médico, ou da necessidade de um atleta italiano em comprar carro que foi prontamente facilitada por um colega que lhe apresentou um vendedor, existindo muitos casos de apoio no acesso ao sistema bancário.

Muitos atletas sentiram também que as relações que criaram na prática desportiva na INATEL lhes proporcionou a hipótese de melhorarem a sua situação profissional através da rede de contactos criados.

#### **4.2.5 - INATEL e as diferenças com o desporto federado**

Para finalizar, as evidências recolhidas dão conta de algumas diferenças entre as competições de INATEL e o desporto federado que complementam aquelas que já foram descritas anteriormente.

Nos pontos anteriores é possível perceber que as competições da INATEL permitem uma prática regular a indivíduos com mais de 30/35 anos que as competições federadas dificultam, são menos dispendiosas e com um nível de apoio administrativo superior. Os dados apontam para uma política de maior proximidade com os clubes, dirigentes e atletas por parte da INATEL. As competições das respetivas federações são mais exigentes fisicamente do que as competições da INATEL.

Alguns dos praticantes e dirigentes ouvidos fazem referências às grandes diferenças na arbitragem, apontando vantagens e desvantagens às competições da INATEL. São verbalizadas as suposições do DD de que principalmente no futebol os árbitros estão pior preparados fisicamente e em muitos casos são tecnicamente mais limitados. Não obstante das limitações referidas é também referenciado que no geral os agentes de arbitragem são mais disponíveis para colaborar com os CCD's e que têm a perceção que a interpretação demasiado rigorosa das regras prejudicaria os jogos de forma irremediável.

A aplicação de penas disciplinares é também segundo os ouvidos uma diferença, entre as competições da INATEL e do desporto federado, considerando que na sua generalidade as punições disciplinares atribuída pela INATEL são mais pesadas, o que a maioria considera positivo tendo em conta que levou à melhoria das competições. O DD tem levado a cabo um conjunto de alterações ao código desportivo ao longo dos anos de forma a reforçar o seu carácter punitivo de comportamentos fora da tarefa, sem que com isso alterar a dinâmica das competições.



## Capítulo 5 – Conclusão

Apesar da sua importância social e cultural, o desporto continua a ser uma questão secundária na agenda política portuguesa. Do mesmo modo, as investigações em ciências sociais que utilizam o desporto como objeto de estudo são limitadas em Portugal. Esta tese, a partir da análise do papel que desempenha a Fundação INATEL como ator complementar na área das políticas desportivas portuguesas, ajuda a constatar a falta de investigação e evidência científica sobre políticas públicas desportivas no país.

As evidências recolhidas e sistematizadas ao longo deste trabalho permitem dar conta:

- a) Do pouco prestígio e interesse político da área do desporto no país;
- b) Da importância social de instituições que promovem o desporto como, como é o caso da Fundação INATEL.

O desporto em Portugal está centrado numa ótica institucionalizada e que o coloca numa situação de difícil evolução. É possível concluir que o desporto em Portugal vive um período de evolução em número de praticantes que é natural tendo em conta os baixos níveis de prática desportiva que apresentava nos primeiros anos da democracia. A destruição do desporto tradicional cria problemas à proliferação do desporto nos seus diferentes níveis sociais, criando constrangimentos a nível geográfico e impedindo o crescimento do valor económico do desporto.

Portugal afasta-se do modelo desportivo europeu, e das apostas dos Estados-Membros que estão claramente em crescimento no desporto na aposta no desporto de alto-rendimento por muito que possa levar à obtenção de títulos internacionais, não está a permitir a Portugal aproximar-se dos resultados da UE em relação à prática desportiva e à atividade física. Tudo aponta no sentido de a legislação em vigor, não só a Constituição como a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto fornecerem toda a base de sustentação legal às políticas desportivas, no entanto, faltam depois os dados concretos do estado do desporto em Portugal e claro à coragem e vontade política para mudar.

A falta de peso político do desporto fica comprovado, não só pelas posições ouvidas e compiladas como pela falta de resposta aos problemas.

Este trabalho permite comprovar a importância da Fundação INATEL enquanto ator complementar do ecossistema desportivo português, e demonstrar que é um ator diferenciado que não diferencia.

A nível geográfico a INATEL claramente tem uma grande abrangência na modalidade futebol e uma fraca abrangência nas restantes modalidades coletivas, no entanto, cumpre o seu papel e proporciona a oportunidade de prática desportiva nas mais diferenciadas zonas do país, ajudando a diminuir as assimetrias desportivas entre zonas.

A INATEL é um importante ator no combate ao abandono da prática desportiva provocada pela idade, acolhendo nas suas competições atletas com passado desportivo em outras competições e que já não se sentem em condições ou motivados para manter essa prática.

É possível afirmar que a INATEL faz uso de um conjunto de práticas que facilitam a participação das equipas e atletas, facilitades essas que vão desde a questão económica à administrativa. Não sendo possível não reconhecer que a política de proximidade é efetiva e tem resultados práticos.

O papel da INATEL no apoio à prática de atletas portadores de deficiência é comprovado por este trabalho, não só ao nível da sua inclusão em competição com não portadores como através, do apoio à sua prática no Parque de Jogos 1º de Maio.

A falta de apoio ao desporto feminino a nível nacional conduziu a que as diferenças entre desporto masculino e feminino sejam gritantes ao nível do número de praticantes. A INATEL cumpre o seu papel e comprovadamente produz medidas com vista à diminuição das assimetrias entre desporto masculino e feminino, ainda que os resultados ainda não se façam sentir de forma muito significativa.

A presença de atletas de origem estrangeira é uma realidade na maioria das competições da INATEL. A inclusão desses atletas no desporto e na sociedade portuguesa é feito em parte pelas competições desportivas da INATEL, permitindo não só a prática desportiva como uma melhoria da sua inclusão a todos os níveis como o, aperfeiçoamento da língua, conhecimento da cultura e da realidade social e económica do país. As competições fomentam também o intercâmbio cultural.

Em suma a INATEL cumpre o seu papel social e faz jus aos seus estatutos, indo de encontro as indicações do Livro Branco do Desporto.

A importância do desporto para o bem-estar social e à saúde dos cidadãos fica clara durante o confinamento por causa da pandemia da COVID 19. Diversos atores políticos insistiram publicamente na necessidade de realizar exercício físico durante os períodos de confinamento. A atividade física foi apresentada, reconhecida e promovida como um veículo para a saúde

pública, o bem-estar e a resiliência numa época de incertezas. Apesar desta e de outras constantes evidências da importância do desporto e do exercício físico na sociedade, as políticas de promoção desportiva são ineficazes e limitadas.

Neste sentido, este trabalho abre uma janela de oportunidades para novas investigações na área e apresenta informação e evidências sistematizadas para melhorar e ampliar as políticas públicas nesta área.

## **Bibliografia**

### **Legislação**

**Decreto-Lei n.º 25 495 de 13 de Junho de 1935.** Diário do Governo n.º 134/1935, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho.

**Decreto-lei 184/75 de 03 de abril de 1975.** Diário do Governo n.º 78/1975, Série I. Lisboa: Ministério do Trabalho.

**Decreto n.º 31:036 de 28 de dezembro de 1940.** Diário do Governo n.º 301 Série I. Presidência do Conselho.

**Decreto de aprovação da Constituição de 2 de abril de 1976.** Diário da República n.º 86/1976, Série I. Lisboa: Assembleia Constituinte.

**Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro de 2007.** Diário da República n.º 11/2007, Série I. Lisboa: Assembleia da Republica.

**Lei n.º 106/2008 de 25 de Junho de 2008.** Diário da República, 1.ª série — N.º 121. Lisboa: Conselho de Ministros.

**Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto de 2018.** Diário da República n.º 157/2018, Série I. Lisboa: Assembleia da Republica.

**Resolução do Congresso da República de 11 de abril de 1933.** Diário do Governo n.º 44/1926, Série I. Lisboa: Congresso da República.

### **Referências bibliográficas**

**Aleixo, M. (2017).** *Tarantini quer levar estudo à UEFA e FIFA*. C. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/futebol-nacional/tarantini-quer-levar-estudo-a-uefa-e-fifa\\_d978087](https://www.rtp.pt/noticias/futebol-nacional/tarantini-quer-levar-estudo-a-uefa-e-fifa_d978087) (Consultado em 21 de outubro de 2020)

**Almas, D. (2019).** *As 10 maiores fundações do país*. Disponível em: <https://www.forbespt.com/listas/as-10-maiores-fundacoes-do-pais/?geo=pt> (Consultado em 10 de janeiro de 2020)

Associação Jorge Pina (s.d.). Associação Jorge Pina. Disponível em:  
<https://associacaojorgepina.pt> (Consultado em 23 de julho de 2020.)

Associação Salvador (s.d.). Associação Salvador. Disponível em:  
<https://www.associacaosalvador.com> (Consultado em 23 de julho de 2020)

**Bleich, E., & Pekkanen, R. (2013).** *How to report interview data.* Interview Research in Political Science, 1, 84–105.

**Branco, P. (1994).** *O Município e o Desporto: contributo para a definição de um modelo integrado de desenvolvimento desportivo, centrado na autarquia e dirigido a crianças e jovens em idade escolar* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Faculdade de Desporto, Porto.

**Carmo, H, & Ferreira, M (2008).** *Metodologia da Investigação (2ª edição).* Lisboa: Universidade Aberta.

**Carvalho, A. (2001).** *O Clube Desportivo Popular.* Porto: Campo das Letras.

**Castro, A. S. (2013)** South Africa's Engagement in Sports Diplomacy: The Successful Hosting of the 2010 FIFA World Cup. *The Hague Journal of Diplomacy* 8, pp. 1-14.

**Collins, M. 2010.** *Examining Sports Development.* [s.l.]: Routledge.

**Comissão Europeia (2007).** *Livro Branco do Desporto.* Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

**Comissão Europeia (2018).** *Special Eurobarometer 472.* Bruxelas: [s.n.]

**Comité Olímpico de Portugal (2012).** *Estudo sobre o Contributo do Desporto para o Crescimento Económico e o Emprego na UE.* Lisboa: Estrelas de Papel Lda.

**Comité Olímpico de Portugal (2015).** *A Igualdade de Género no Desporto.* Lisboa: Estrelas de Papel Lda.

**Comité Olímpico de Portugal (2019).** *Estatutos do Comité Olímpico de Portugal.* Lisboa: [s.n.]

**Conselho da Europa (1992).** *Carta Europeia do Desporto.* Rhodes: [s.n.]

**Conselho Europeu (2000).** *Declaração de Nice.* Nice: [s.n.]

**Constantino, J. M. (2006).** *Desporto Geometria de Equívocos.* Lisboa: Livros Horizonte.

**Constantino, J. M. (2020).** *A desvalorização social e política do desporto*. disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/13/desporto/opiniao/desvalorizacao-social-politica-desporto-1920477> (Consultado em 02 de agosto de 2020)

**Costa, M. J. (2020).** *Futsal da Fundação Inatel com equipa de surdos. Ouvintes e Não Ouvintes ao mesmo nível*. Tempo Livre, 3º serie nº 21, 16. Disponível em <http://www.inatel.pt/getmedia/ec9ff7a9-2767-4df6-86ad-b93d017849f9/jtl021.pdf.aspx> (Consultado em 8 de setembro de 2020)

**Cunha, L. M. (2012).** *Planeamento urbano e espaços para a prática do desporto*. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *Desporto e Municípios: políticas, práticas e programas* (pp. 117-130). Lisboa: Visão e contextos, edições e representações, Lda.

**Da Costa, A. F. (1986).** *A pesquisa de terreno em Sociologia*. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

**Denzin, N. K. (1970).** *The research act*. Chicago, IL: Aldine.

**Direção Geral de Saúde (2018).** *EUROBARÓMETRO 2017 - Desporto e Atividade Física*. Lisboa: [s.n.].

**Direção Geral de Saúde (2020).** COVID-19: Desporto pode mitigar impacto da pandemia na saúde mental dos refugiados. Disponível em: <https://saudemental.covid19.min-saude.pt/covid-19-desporto-pode-mitigar-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-dos-refugiados/> (Consultado em 10 de agosto de 2020)

**Direção Geral de Saúde (s.d.).** *Programa Nacional para a Promoção da atividade Física*. Disponível em: <https://www.dgs.pt/programa-nacional-para-a-promocao-da-atividade-fisica/perguntas-e-respostas.aspx> (Consultado a 20 de maio de 2020)

**Dye, T. R. (1972).** *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

**Lopes, T.R. (1990).** *Pessoa por Conhecer: Textos para um Novo Mapa*. Lisboa: Estampa

**Lusa (2018).** *Estrangeiros residentes em Portugal com maior risco de pobreza - Observatório das Migrações*. disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/estrangeiros-residentes-em-portugal-com-maior-risco-de-pobreza---observatorio-das-migracoes-9420456.html> (Consultado em 22 de outubro de 2020)

**Ferro, N. (2014).** *Desporto Escolar na Europa - O Desporto Escolar em Portugal*. *Revista Diversidades* nº 45, p 10-20.

**Figueira, T. (2018).** *Políticas Públicas de Desporto: Estudo sobre municípios da Área Metropolitana de Lisboa* (Dissertação de Mestrado) Universidade de Évora Escola de Ciências e Tecnologia, Évora.

**Fundação INATEL (2014).** *Código Desportivo Fundação INATEL*. Lisboa: [s.n.].

**Godinho, A. (2018).** *Portugal e o modelo europeu do desporto: estatísticas e constrangimentos* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Portugal.

**Hagette, T. M. (1990).** *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes

**IPDJ (2009).** *Orientações da União Europeia para a Actividade Física - Políticas Recomendadas para a Promoção da Saúde e do Bem-Estar*. Lisboa: Estrelas de Papel, Lda.

**IPDJ (2020).** #SERATIVOEMCASA.. Disponível em:

[https://ipdj.gov.pt/recomendacoes?fbclid=IwAR3KgPtwhkKXBFHvoaC\\_Peja4I23vxyQxKhHlqYrrb9JDQdH3HTt5M7eLWA](https://ipdj.gov.pt/recomendacoes?fbclid=IwAR3KgPtwhkKXBFHvoaC_Peja4I23vxyQxKhHlqYrrb9JDQdH3HTt5M7eLWA) (Consultado em 08 de setembro de 2020)

**IPPS-ISCTE (2019).** *O Estado da Nação e As Políticas Públicas 2019: Menos Reformas, Melhores Políticas*. Lisboa: IPPS-ISCTE (Instituto para as Políticas Públicas e Sociais).

**IPPS-ISCTE (2020).** *O Estado da Nação 2020: Valorizar as Políticas Públicas*. Lisboa: IPPS-ISCTE (Instituto para as Políticas Públicas e Sociais).

**Mamede, R. (2020).** “Portugal é subdesenvolvido a avaliar políticas públicas”. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/portugal-e-subdesenvolvido-a-avaliar-politicas-publicas-12778237.html> (Consultado em 17 de fevereiro de 2020)

**Moriconi, M. (2011).** *¿Ilegalidad justificada? clientelismo controlado en la administración chilena*. *Perfiles latinoamericanos*, 19(38), 227–247.

**Moriconi, M., & Teixeira-Diniz, R. (2016).** *Mitos, percepciones y actitudes frente a los resultados combinados en Portugal: Un estudio con énfasis en los árbitros y los hinchas*. *Sociología, Problemas y Prácticas*, 145-164.

**Moriconi, M. (2018).** *The official football match-fixing prevention discourse as a cognitive limitation (the cases of Iberian countries)*. *Soccer & Society*, 19(2), 271-287.

**Moriconi, M., & Almeida, J. P. (2019).** *Portuguese fight against match-fixing: Which policies and what ethic?*. *Journal of Global Sport Management*, 4(1), 79-96.

**Moriconi, M., & de Cima, C. (2020).** *Betting practices among players in Portuguese championships: From cultural to illegal Behaviours.* Journal of gambling studies, 36(1), 161-181.

**Moriconi, M., & de Cima, C. (2020).** *To report, or not to report? From code of silence suppositions within sport to public secrecy realities.* Crime, Law and Social Change, 74(1), 55-76.

**Moriconi, M. (2020).** *Deconstructing match-fixing: a holistic framework for sport integrity policies.* Crime, Law and Social Change, 1-12.

**Moriconi & Almeida (2021)** "*Nuevas tecnologías y apuestas deportivas online: terreno fértil para fraudes y crímenes*", Sociologia Problemas y Prácticas.Constantino

**Museu Nacional do Desporto (2020, julho, 18).** *Dia Nelson Mandela.*Disponível em: <https://www.facebook.com/429340083838758/photos/dia-nelson-mandela-o-desporto-tem-o-poder-de-mudar-o-mundo-tem-o-poder-de-inspira/2770134109759332/> (Consultado em 01 de setembro de 2020)

**OC (2019).** *Vaticano: Papa defende prática desportiva como «escola» de virtudes.*

Consultado 01 de setembro de 2020. Disponível em:

<https://agencia.ecclesia.pt/portugal/vaticano-papa-defende-pratica-desportiva-como-escola-de-virtudes/> (Consultado em 01 de setembro de 2020)

**Oliveira, E. & Aguiar, C. & Almeida, M. & Eloia, S. & Lira, T (2011).** *Benefícios da Atividade Física para Saúde Mental.* Saúde Coletiva, 8(50),126-130. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=842/84217984006> (Consultado em 10 de janeiro de 2020)

**OMS (2018).** *Plano de Ação Global para a Atividade Física 2018-2030, versão síntese Mais Pessoas Ativas para um Mundo Mais Saudável.* Genebra: [s.n.].

**Pires, G. (2020).** *Ver longe, analisar em profundidade, promover a inovação, pensar no país (I).*Disponível em: <https://www.abola.pt/nnh/2020-09-14/espaco-universidade-ver-longe-analisar-em-profundidade-promover-a-inovacao-pen/860514> (Consultado em 15 de setembro de 2020)

**PORDATA (s.d.).** Despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto: total e por domínio cultural (2013-). Disponível em:

[https://www.pordata.pt/Municipios/Despesa+das+C%3%a2maras+Municipais+em+cultura+e+desporto+total+e+por+dom%3%adnio+cultural+\(2013+\)-767](https://www.pordata.pt/Municipios/Despesa+das+C%3%a2maras+Municipais+em+cultura+e+desporto+total+e+por+dom%3%adnio+cultural+(2013+)-767) (Consultado em 08 de setembro de 2020)



**PORDATA (s.d.).** População empregada por sector de actividade económica (NACE Rev.2) (%).Disponível em:

[https://www.pordata.pt/Europa/Popula%20empregada+por+sector+de+actividade+econ%20mica+\(NACE+Rev.2\)+\(percentagem\)-1774](https://www.pordata.pt/Europa/Popula%20empregada+por+sector+de+actividade+econ%20mica+(NACE+Rev.2)+(percentagem)-1774) (Consultado em 08 de setembro de 2020)

**PORDATA (s.d.).** Praticantes desportivos federados por mil habitantes. Disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Praticantes+desportivos+federados+por+mil+habitantes-2237> (Consultado em 08 de setembro de 2020.)

**PORDATA (s.d.).** Praticantes desportivos federados: total e por escalão etário. Disponível em:<https://www.pordata.pt/Portugal/Praticantes+desportivos+federados+total+e+por+escal%20+et%20rio-2228> (Consultado em 08 de setembro de 2020.)

**PORDATA (s.d.).** Praticantes desportivos federados: total e por sexo.

<https://www.pordata.pt/Portugal/Praticantes+desportivos+federados+total+e+por+sexo-2229> (Consultado em 08 de setembro de 2020)

**PORDATA (s.d.).** Praticantes desportivos federados: total e por todas as federações desportivas. Disponível

em:<https://www.pordata.pt/Portugal/Praticantes+desportivos+federados+total+e+por+todas+as+federa%20desportivas-2227> (Consultado em 08 de setembro de 2020.)

**Programa Escolhas (2011):** Inclusão social pelo desporto: entrevista a Salomé Marivoet.

Disponível em: <http://www.programaescolhas.pt/conteudos/noticias/ver-noticia/4ed5f7ae9c91c/inclusao-social-pelo-desporto%3A-entrevista-a-salomemarivoet> (Consultado em 23/11/2020)

**Reichardt, C. & Cook, T. (1986).** *Hacia una superacion del enfrentamiento entre los métodos cualitativos y los cuantitativos*. Madrid: Ediciones Morata.

**Rodrigues, E. F. (2020).** *85º Aniversário da Fundação INATEL*. Tempo Livre, 3º Série mai-Jun 2020. Disponível em <https://www.inatel.pt/getmedia/f1239170-c438-47b1-9535-30f813f3ddb8/jtl023.pdf.aspx> (Consultado em 25 de agosto de 2020).

**Rodrigues, J. (2020).** *Atletas Olímpicos afirmam que desporto "não tem peso político" no Governo*. Disponível em: <https://www.tsf.pt/desporto/atletas-olimpicos-afirmam-que-desporto-nao-tem-peso-politico-no-governo-12420505.html> (Consultado em 15 de julho de 2020)

- Scriven, M. (1991).** *Evaluation Thesaurus*. Newbury Park, Sage Publications.
- Schmidt, V. A. (2006).** Institutionalism. In C. Hay, M. Lister & D. Marsh (Eds.), *The state: Theories and issues* (pp. 98–117). Basingstoke: Palgrave.
- Serapioni, M. (2016).** *Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas*. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXXI, pág. 59-80.
- Silva, I. (2019).** *O maior sonho do atleta Jorge Pina*. Disponível em: [https://tvi.iol.pt/vocenatv/videos/o-maior-sonho-do-atleta-jorge-pina/5d889e470cf2bd64e1c569ed?fbclid=IwAR2J7T4A17522mzu\\_0xv-L1puz5uHnJzbMevuHopfBMqr2efQMCqy1bijoo](https://tvi.iol.pt/vocenatv/videos/o-maior-sonho-do-atleta-jorge-pina/5d889e470cf2bd64e1c569ed?fbclid=IwAR2J7T4A17522mzu_0xv-L1puz5uHnJzbMevuHopfBMqr2efQMCqy1bijoo) (Consultado em 10 de abril de 2020)
- Sousa, J. (2013).** *Gestão do Desporto Municipal: Análise ao Desenvolvimento Organizacional Estudo Centrado na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Educação e Ciências, Gestão Autárquica. Lisboa
- Stame, N. (2001).** *Tre approcci principali alla valutazione: distinguere e combinare*. In: Palumbo M. (org.) *Il processo di valutazione. Decidere, programmare, valutare*. Milão, Ange
- Tenreiro, F. (2010).** *Economia do Desporto: A competitividade de Portugal na União Europeia* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto.
- Tenreiro, F. (2017).** *Um Instrumento de Financiamento do Desporto*. Revista Economia & Empresa, 22, 145-165.
- UNESCO (1978).** Carta Internacional da Educação Física e do Desporto. Paris: [s.n.]
- UNESCO (2015).** Carta Internacional da Educação Física e do Desporto. Paris: [s.n.]
- Woods, P. (1987).** *La escuela por dentro: la etnografía en la investigación educativa*. Barcelona: Paidós.
- YIN, R.K. (1988).** *Case Study Research. Design and Methods*. Newbury Park: Sage Publications.

# **Anexos**

**Dados completos cedidos pelas federações**

## Anexo A

### Federação Portuguesa de Andebol



#### Praticantes por Associação e Escalão Época 2018-2019

Associação	FEMININOS											MASCULINOS											Associação
	Veteranos	Seniores	Juniores	Juvenis	Iniciados	Infantis	Minis	Bambis	Seniores A Praia	Sub-18 A Praia	Sub-15 A Praia	Veteranos	Seniores	Juniores	Juvenis	Iniciados	Infantis	Minis	Bambis	Seniores A Praia	Sub-18 A Praia	Sub-15 A Praia	
A.A. Algarve		9	19	40	79	48	30	40				25	34	22	58	124	104	90	104				826
A.A. Aveiro	21	91	53	115	127	131	85	51				117	185	112	189	206	186	116	156				1941
A.A. Beja					17	11	20	28					33	7	27	13	51	45	70				322
A.A. Braga	15	59	54	106	117	87	65	37				18	99	38	123	140	171	117	94				1340
A.A. Castelo Branco		7	5	5	14	5	8						31	1	10	10	26	20	1				144
A.A. Evora								1							28	42	29	33	38				171
A.A. Guarda					5	39	22	3							10	29	118	74	18				318
A.A. Ilha Falai							1						24	5	16	22	13	24	15				120
A.A. Ilha Graciosa																5	9	4					18
A.A. Ilha S. Maria													23	5	10	16	9	12	13				88
A.A. Ilha S. Miguel				14	1	7	14	4					12	13	28	22	30	16	16				177
A.A. Ilha Terceira						10	4								12	6	8	4	6				50
A.A. Leiria		69	39	60	126	102	85	54					92	38	90	106	94	92	89				1136
A.A. Lisboa		51	38	49	99	88	88	50				157	342	187	261	309	248	220	114				2311
A.A. Madeira	40	32	35	71	107	113	62	73				52	37	24	59	86	101	91	93				1076
A.A. Portalegre			2	6	5	12	5	4					14	19	26	26	39	11	15				184
A.A. Porto	79	188	138	243	231	191	150	121				117	367	205	381	492	442	388	304				4037
A.A. Santarém		14	15	32	82	35	24	20				17	70	27	28	65	61	47	30				567
A.A. Setúbal		16	2	43	43	32	29	6				24	72	65	82	108	141	125	51				839
A.A. V. Castelo							1						15	3	3		1	6	13				42
A.A. Vila Real				17	20	12	4	8					11	6	14	34	10	9	8				153
A.A. Viseu		12	15	54	99	80	94	38					71	23	176	245	269	166	120				1452
Algarve - A 4ALL													12										12
Aveiro A Praia									17	30	18												65
F.A.P.		46	33	47	32								67	36	59	17	3						340
Leiria - A 4ALL		2											11	1									14
Leiria A Praia									121	107	21		12							208	108	31	608
Lisboa A Praia																				62	95	24	181
Porto - A 4LL		2											10	1									13
Porto A Praia						5	1		84	129	179					4	1			243	176	195	1017
Setúbal - A 4ALL		4											19	1									24

**Anexo B**  
**Federação Portuguesa de Basquetebol**

Associação	Femininos									Masculinos									TOTAL	
	Mini 8	Mini 10	Mini 12	S14	S16	S19	Sen	BCR	Total	Mini 8	Mini 10	Mini 12	S14	S16	S18	Sen	Masters	BCR		Total
AB Alentejo	8	22	36	39	38	21	16		<b>180</b>	18	36	50	88	85	35	69			<b>381</b>	<b>561</b>
AB Algarve	48	85	116	121	98	77	33		<b>578</b>	124	165	173	230	173	99	97			<b>1061</b>	<b>1639</b>
AB Aveiro	62	110	144	197	180	105	94		<b>892</b>	170	227	258	329	269	179	241	102		<b>1775</b>	<b>2667</b>
AB Braga	48	160	172	74	55	78	42		<b>629</b>	86	242	307	171	180	107	90		15	<b>1198</b>	<b>1827</b>
AB Bragança		2	19	26	12	8			<b>67</b>	1		23	22	24	15	12			<b>97</b>	<b>164</b>
AB Castelo Branco	10	20	18	25	30	8			<b>111</b>	18	36	37	44	41	24	31			<b>231</b>	<b>342</b>
AB Coimbra	29	37	45	45	52	32	48		<b>288</b>	44	72	88	133	122	79	122			<b>660</b>	<b>948</b>
AB Faial e Pico	7	26	25	15	15	10	3		<b>101</b>	4	11	8	3	5	6	22			<b>59</b>	<b>160</b>
AB Guarda	1	5	10	4	1	8			<b>29</b>	7	20	19	45	34	23	16			<b>164</b>	<b>193</b>
AB Ilha Terceira	14	22	28	21	23	20	10		<b>138</b>	8	14	28	17	40	15	54			<b>176</b>	<b>314</b>
AB Leiria	20	24	38	45	49	31	17	1	<b>225</b>	37	42	72	91	96	58	17		16	<b>429</b>	<b>654</b>
AB Lisboa	47	129	165	272	265	237	128	2	<b>1245</b>	130	291	356	653	661	404	372		52	<b>2919</b>	<b>4164</b>
AB Madeira	173	266	86	50	41	20	46	1	<b>683</b>	241	303	135	51	63	20	66		9	<b>888</b>	<b>1571</b>
AB Porto	80	166	237	295	286	265	161	1	<b>1491</b>	181	335	399	526	498	384	359	13	25	<b>2720</b>	<b>4211</b>
AB Santa Maria	23	30	48	22	23	23	17		<b>186</b>	22	33	29							<b>84</b>	<b>270</b>
AB Santarém	17	44	88	84	69	22			<b>324</b>	24	50	84	88	89	48	15			<b>398</b>	<b>722</b>
AB Setúbal	38	66	99	98	71	48	30		<b>450</b>	73	130	183	217	235	129	147			<b>1114</b>	<b>1564</b>
AB São Miguel	65	114	97	25	25	19	14		<b>359</b>	90	125	102	28	26	25	13			<b>409</b>	<b>768</b>
AB Viana do Castelo	14	42	61	82	28	35			<b>262</b>	27	72	80	80	100	46	34			<b>439</b>	<b>701</b>
AB Vila Real	20	19	18	30	21	20	16		<b>144</b>	20	51	35	53	34	29				<b>222</b>	<b>366</b>
AB Viseu	15	33	48	44	23	16			<b>179</b>	14	39	40	47	56	28				<b>224</b>	<b>403</b>
FPB					2		4		<b>6</b>					1	2	2			<b>5</b>	<b>11</b>
<b>Totais</b>	<b>739</b>	<b>1422</b>	<b>1598</b>	<b>1614</b>	<b>1407</b>	<b>1103</b>	<b>679</b>	<b>5</b>	<b>8567</b>	<b>1339</b>	<b>2294</b>	<b>2506</b>	<b>2916</b>	<b>2832</b>	<b>1755</b>	<b>1779</b>	<b>115</b>	<b>117</b>	<b>15653</b>	<b>24220</b>

**Anexo C**  
**Federação Portuguesa de Futebol**

**Nº de atletas por cada distrito**

A.F. ALGARVE	7 286
A.F. ANGRA	
HEROÍSMO	2 234
A.F. AVEIRO	14 995
A.F. BEJA	3 525
A.F. BRAGA	18 823
A.F. BRAGANÇA	2 067
A.F. CASTELO	
BRANCO	2 836
A.F. COIMBRA	7 081
A.F. ÉVORA	3 724
A.F. GUARDA	2 625
A.F. HORTA	1 223
A.F. LEIRIA	9 837
A.F. LISBOA	27 762
A.F. MADEIRA	5 533
A.F. PONTA	
DELGADA	3 668
A.F. PORTALEGRE	1 958
A.F. PORTO	31 841
A.F. SANTARÉM	7 634
A.F. SETÚBAL	11 489
A.F. VIANA	
CASTELO	4 406
A.F. VILA REAL	3 613
A.F. VISEU	6 682

**Nº total de atletas federados na modalidade**

Futebol - 147 198

Futsal- 33 644

**Nº de atletas de cada sexo**

Feminino - 8 274

Masculino - 172 568

**Nº de atletas de estrangeiros / Nº de atletas portugueses**

Estrangeiro - 5 071

Portugal - 175 771

**Nº de atletas entre 18 e 30 anos; 31 e 40 anos; mais de 40 anos**

18-30 35301

31-40 5469

>40 1135

## Anexo D

### Federação Portuguesa Voleibol

ASSOCIAÇÃO	MINF	MINM	INFF	INFM	INIF	INIM	CADF	CADM	JUVF	JUVM	JNAF	JNAM	JNBM	JNBF	SENF	SENM	VETF	VETM	TOTAL
ADIF	9	3	0	0	27	3	0	0	24	13	0	0	0	16	29	14	0	0	138
ADL	31	7	0	0	0	0	36	16	22	10	16	14	14	0	41	48	0	0	255
AVAL	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	13	0	17	0	12	27	0	0	81
AVB	48	4	79	0	40	0	103	0	49	10	43	24	20	35	89	27	0	0	571
AVC	18	8	16	0	46	11	13	12	58	0	2	0	0	0	63	33	0	0	280
AVG	3	4	0	0	13	0	0	0	0	0	12	0	0	0	16	18	0	0	66
AVIFLO	46	41	0	0	21	19	0	0	20	16	0	0	21	17	16	23	0	0	240
AVIT	137	55	0	0	96	42	0	0	72	25	1	0	33	39	69	60	0	0	629
AVL	364	43	343	0	363	55	365	37	272	40	161	88	100	252	222	98	0	0	2803
AVM	81	8	0	0	94	0	0	0	73	0	0	0	38	84	64	48	0	0	490
AVP	1040	298	402	87	403	137	416	120	350	97	286	108	120	237	318	217	88	133	4857
AVPICO	37	0	0	0	12	0	0	0	25	12	0	0	0	25	0	13	0	0	124
AVSM	97	38	0	0	79	18	0	0	66	23	0	0	31	41	23	50	0	0	466
AVSMAR	54	12	0	0	18	14	0	0	24	14	0	0	21	17	27	22	0	0	223
AVTM	62	0	52	0	27	0	41	0	20	0	32	0	0	0	0	12	0	0	246
AVV	17	0	15	15	0	0	27	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	87
AVVC	12	13	0	0	37	17	0	0	30	0	12	0	15	0	39	12	0	0	187
GIRA	15955	16525	2012	2115	1311	1348	839	884	3	0	1	0	0	0	1	2	0	0	40996
GIRA M	0	0	0	0	0	0	1	0	39	9	37	20	9	12	49	58	8	18	260
GIRA P	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	18011	17059	2919	2229	2587	1664	1841	1069	1161	269	616	254	439	775	1078	782	96	151	53000

